

ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

RELATÓRIO FINAL DO X CONAD
Cuiabá, 5 a 7/10/1984

RELATÓRIO DO SETOR DAS PARTICULARES

ADs presentes: ADUSU (RJ), APROPUC (SP), ADUNIMEP (SP), APUC (GO), ADUNISINOS (RS), APROPUC-C (SP).

I - CONSIDERAÇÕES GERAIS

O setor das particulares sempre foi aquele menos organizado e menos integrado no movimento nacional dos docentes.

Avaliamos que existam hoje condições objetivas de fazer avançar o movimento no setor. O Encontro de Campinas abriu grandes perspectivas de ação conjunta com os sindicatos e com outros setores da ANDES - fundações estaduais e federais.

O próprio setor organiza-se hoje em torno da campanha pelos 100% do INPC e pela reposição das perdas, desenvolvida nacionalmente.

Os resultados iniciais dessa campanha expressam-se por conquistas consolidadas já em 7 ADs que vão desde índices superiores ao INPC (PUC-SP, UNIMEP) ao INPC pleno para todos (PUC-Campinas, SVSI-Santos) e a frações superiores ao estabelecimento pela Lei (USU-RJ, PUC-GO, UNISINOS). O processo de luta continua mas os casos citados já representam uma vitória expressiva na luta contra o DC 2065.

É também significativa a conquista da base de cálculo do trabalho horistas com 162 horas, em vias de se consolidar na aprovação do projeto de lei Darcy Passos, campanha iniciada nacionalmente pela ANDES acerca de 1 ano.

As campanhas por eleições diretas para Reitor estão crescendo, bem como o processo de implantação de novas carreiras docentes - nos termos de propostas unificadas da ANDES, formuladas a partir do trabalho do setor:

O crescimento do setor e, portanto, do MD e da ANDES, é possível desde que se consiga intensificar o trabalho de organização a partir das prioridades definidas pela potencialidade da reorganização a curto prazo. Nesse sentido, as ADs presentes elaboraram um "Mapa" das prioridades de filiação das ADs existentes (ou em fase de constituição) por Regional da ANDES, o qual será entregue à Diretoria resultando nos seguintes encaminhamentos:

- a) Os vice-regionais deverão realizar levantamento das IES particulares na região e do nível de organização dos docentes em cada uma.
- b) Deverá ser incentivada a criação de Comissões Pró-AD, lançando mão, se necessário, do recurso da filiação direta à regional, previsto estatutariamente.
- c) Deverá ser elaborado um dossiê dos documentos já produzidos sobre o setor a ser utilizado como material de apoio nesse trabalho.
- d) As diferentes conquistas do setor serão historiadas a partir da sua organização e articulação nacional, via ANDES, para ampla divulgação.

II - PROPOSTAS APROVADAS

A) Lutas do setor a serem encaminhadas pela ANDES e ADs locais

1 - Campanha salarial unificada para 85 (juntamente com as fundações e, se possível, autarquias).

Para a campanha salarial é absolutamente prioritário propormos:

a) Articulação entre sindicatos-ANDES-ADs por meio de mecanismos regionais e informais de consulta, para a direção regional da campanha.

b) Articulação com os demais setores da ANDES, especialmente com as fundações, tomando por base os seguintes pontos de unificação:

- 100% do INPC
- Compensação das perdas salariais
- Reajuste trimestral
- Unificação da data base
- Estabilidade do emprego e carga horária.

2 - Luta em defesa do padrão único da universidade brasileira.

Para o setor isso significa:

- Revisão do Estatuto da Universidade Particular e a consequente redefinição do papel e do lugar (e do poder) das mantenedoras.
- Democratização dos cargos, colegiados e órgãos de apoio comunitário.
- Quadro de carreira unificado.
- Mais verbas (como consequência).

Para a defesa do padrão único propomos:

a) A intensificação da luta pela democratização da universidade, apoiando especialmente a realização e os processos em cursos de democratização da escolha de dirigentes, da estrutura acadêmica e dos órgãos de apoio.

b) Reativação e ampliação do GT-Particulares da ANDES para estudar o Estatuto e a função das mantenedoras na rede particular. Objetivo: fornecer subsídios à luta pela autonomia das IES particulares em relação às empresas mantenedoras.

c) Elaboração pela ANDES de um Estatuto e quadro de carreira unificado a ser transformado em projeto de lei.

B) ONDE DESENVOLVER ESSAS LUTAS? EM QUE PLANOS? COM QUE MEIOS?

1.1 - PLANO DE LUTA

- Pressão sobre as patronais e sobre o MEC.
- Via acordos internos (IES particulares)
- Construir junto à categoria a mobilização visando dar respaldo às pressões. Colocar a possibilidade de uma greve nacional do setor (não falar em greve geral e sim nacional) - Convocar assembleias conjuntas ANDES, ADs e SINPROs.
- Buscar a reposição das perdas salariais, por exemplo, com adicionais decorrentes da diferença da base de cálculo de 240 p/ 162 horas.

1.2 - MEIOS DE AÇÃO

- Promover atividades preparatórias da campanha (debates, simpósios, mesas redondas regionais). Temas: Lei Salarial e arrocho salarial (perdas); conquistas parciais; Revisão da CLT e do Direito de greve; Autonomia e Democracia Sindical; Emprego e Estabilidade (atividades regionais).

- Criação de mecanismos informais e transitórios de consulta e direção das lutas entre as ADs, a ANDES e SINPROs.

- Ampliar a organização da categoria:

- a) desenvolvendo campanha de filiação às ADs e de sindicalização;
- b) filiando diretamente às regionais da ANDES professores do setor.

Objetivo: divulgar as lutas onde houver AD; Criar comissões Pró-AD.

Nessa campanha de filiação direta deverão estar os SINPROs, os diretores da ANDES e as demais ADs.

c) Criando Boletim ANDES Regional (mimeografado ou off-set, tamanho reduzido).

Objetivo: divulgar as lutas da ANDES na região e no setor.

2 - DEFESA DA UNIVERSIDADE

2.1 - Planos de Luta

- Nas ADs do setor - mobilização da categoria.
- No Congresso - Via projetos de lei e trabalho parlamentar.
- Na justiça - Via instrumentos legais.
- No executivo (MEC, CEE, Presidência da República) - Via pedido de alteração nas regulamentações do ensino particular e via pressão junto aos postulantes à Presidência do país (no caso só Tancredo Neves) por seu posicionamento frente às nossas reivindicações.

- Na sociedade civil: via divulgação e articulação de apoio social.

2.2 - Meios de ação

- Promover mobilização nas IES do setor para:
 - a) Eleições dos cargos diretivos - reitores, vice-reitores, decanos, chefes de departamentos etc. Voto Universal e Direto já!
 - b) Criação ou revisão do quadro de carreira.
 - c) Reformulação de Estatutos com a democratização do espaço universitário e autonomia em relação às mantenedoras.
- Criar grupo de estudo sobre o Estatuto das mantenedoras e seu papel nas IES particulares (retomar antigos estudos do GT do setor).
- Promover, junto ao Congresso, projeto de lei sobre quadro de Carreira unificada. Fazer idêntica gestão junto ao MEC, CRUB e CFE.
- promover junto com as autarquias e as fundações mandados de segurança ou ação popular em todas as regionais pelo cumprimento da emenda Calmon, no dia 25/10 - Dia de Paralisação e Protesto.
- Pressionar o candidato Tancredo Neves a encontrar-se com a ANDES publicamente e comprometer-se a:
 - a) Rever o estatuto do setor, isolando as mantenedoras, garantindo a democracia nas IES particulares.
 - b) Por fim a repressão no setor, garantindo o direito a livre associação e a estabilidade de diretores da ANDES, ADs e delegados sindicais;
 - c) Garantir as verbas para a educação.
- Realize mesas redondas regionais, patrocinadas pela ANDES Regional, conjuntamente com autarquias, fundações e estaduais. Desses mesas sairão seminários em defesa da universidade pública e gratuita e possivelmente, novo livro da ANDES.

PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO - SETOR PARTICULARES

I) LUTAS DO SETOR A SEREM ENCAMINHADAS PELA ANDES E ADs LOCAIS

1 - Campanha salarial unificada para 85 (juntamente com as fundações e, se possível autarquias).

2 - Luta em defesa do padrão único da universidade brasileira .

- Para o setor isto significa:

a) revisão do Estatuto da Universidade Particular e a consequente redefinição do papel e do lugar (e do poder) das mantenedoras.

b) Democratização dos cargos, colegiados e órgãos de apoio comunitário

c) Quadro de carreira unificado.

d) Mais verbas (como consequência).

II)ONDE DESENVOLVER ESSAS LUTAS? EM QUE PLANO? QUAIS OS MEIOS?

1 - Campanha salarial 85

1.1 - Planos de luta

- pressão sobre as patronais e sobre o MEC.

- via acordos internos (IES particulares)

- construir junto à categoria a mobilização visando dar respaldo às pressões.

Colocar a possibilidade de uma greve nacional do setor (não falar em greve geral e sim nacional) - Convocar assembléias conjuntas ANDES, ADs e SINPROs.

- Buscar a reposição das perdas salariais, por exemplo, com adicionais decorrentes da diferença da base de cálculo de 240 para 162 horas.

1.2 - Meio de ação

- Promover atividades preparatórias da campanha (debates, simpósios, mesas redondas regionais) Temas: lei salarial e arrocho salarial (perdas); conquistas parciais; revisão da CLT e do direito de greve; autonomia, democracia sindical, emprego e estabilidade (atividades regionais).

- Criação de mecanismos informais e transitórios de consulta e direção das lutas entre as ADs, ANDES e SINPROs.

- Ampliar a organização da categoria:

a) Desenvolvendo campanha de filiação às ADs e de sindicalização.

b) Filiando diretamente às regionais da ANDES professores do setor.

Objetivo: Divulgar as lutas onde não houver AD; Criar comissões Pró-AD.

Nessa campanha de filiação direta, deverão estar os SINPROs, os diretores da ANDES e as demais ADs.

c) Criando boletim ANDES regional (mimeografado ou off-set, tamanho reduzido). Objetivo: divulgar as lutas da ANDES na região e no setor.

2) Defesa da Universidade.

2.1- Plano de Luta

- Nas ADs do setor - Mobilização da categoria.
- No Congresso - Via projetos de lei e trabalho parlamentar.
- Na justiça - via instrumentos legais.
- No executivo (MEC, CFE, Presidência da República) - via pedido de alteração nas regulamentações do ensino particular e via pressão junto aos postulantes à Presidência do país (no caso só Tancredo Neves) por seu posicionamento frente às nossas reivindicações.
- Na sociedade civil; via divulgação e articulação de apoio social.

2.2- Meios de ação

- Promover mobilizações nas IES do setor para:
 - a) eleições dos cargos diretivos - reitores, vice-reitores, decanos, chefes de departamentos etc. Voto universal e direto, já!
 - b) Criação ou revisão do quadro de carreira.
 - c) Reformulação de estatutos com a democratização do espaço universitário e autonomia em relação às mantenedoras.
- Criar grupos de estudo sobre o Estatuto das mantenedoras e seu papel nas IES particulares. (retomar antigos estudos do GT do setor).
- Promover, junto ao Congresso, projeto de lei sobre quadro de carreira unificada. Fazer idêntica gestão junto ao MEC, CRUB e CFE.
- Promover junto com autarquias e fundações mandados se segurança em todas as regionais pelo cumprimento da emenda Calmon, no dia 25/10, com paralisação.
- Pressionar o candidato Tancredo Neves a encontrar-se com a ANDES publicamente e comprometer-se a:
 - a) rever o estatuto do setor, isolando as mantenedoras e garantindo a democracia nas IES particulares.
 - b) por fim a repressão no setor, garantido o direito a livre associação e a estabilidade de diretores da ANDES, ADs e delegados sindicais;
 - c) garantir as verbas para a educação.
- realizar mesas redondas regionais, patrocinados pela ANDES/Regional, conjuntamente com as autarquias, fundações e estaduais. Desses mesas sairão seminários em defesa da universidade pública e gratuita e, possivelmente, novo livro da ANDES.

PROFESSORES DA RITTER SÃO REINTEGRADOS

Durante o mês de julho, dez de um total de 59 professores da Faculdade de Arquitetura do Instituto Ritter dos Reis de Porto Alegre foram arbitrariamente demitidos, sem justa causa, “na forma explícita da Legislação Trabalhista e de acordo firmado”, conforme Nota do Diretor Flávio D’Almeida Reis à Presidente do Diretório Acadêmico daquela instituição, que exigia a imediata readmissão dos professores demitidos, por serem “profissionais reconhecidamente competentes, tanto na prática de sua profissão como na prática da docência”.

Não é coincidência que os professores demitidos, sem demérito para outros que não o foram naquela ocasião, tiveram destacada atuação em recente seminário interno realizado na Faculdade para a reestruturação do Currículo Pleno e cujas conclusões foram interpretadas pela direção como tentativa de instauração de um “poder paralelo” ou “co-gestão”, verdadeiras figuras fantasmagóricas que são tradicionalmente trazidas à luz quando uma argumentação mais sensata não consegue dirimir divergências de opinião.

Integravam a lista dos demitidos o Secretário Geral, o Assessor da Direção Nacional do Instituto dos Arquitetos do Brasil, e a Secretaria da Federação Nacional dos Arquitetos. Na estrutura acadêmica foi atingida por serem demitidos o atual e o anterior chefe do Departamento de Projeto, o suplente de chefe do Departamento de Projeto e o Coordenador do Estágio Supervisionado. Finalmente, a Associação dos Docentes foi frontalmente agredida com a demissão de seu primeiro Presidente e seus atuais Vice-Presidentes, Secretário e 2º Secretário.

Imediatamente a ADFAUPA (Associação de Docentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Porto Alegre), convoca uma Assembléia Geral para o dia 31 de julho, a qual decide pela paralisação das atividades docentes de seus associados até a reintegração dos professores demitidos declarando-se em ESTADO DE GREVE.

Dia 5 de agosto a direção comunica por intermédio da imprensa, que foi adiado o reinício das aulas, previsto para 6 de agosto, divulgando-se a nova data proximamente.

Durante esse período, os professores mantiveram-se em assembléia permanente na sede do IAB, porque os portões de acesso à Faculdade estavam trancados e inclusive com presença de seguranças para impedir o acesso de alunos e professores, porque segundo o Diretor “a Faculdade é um local de estudos e não de reuniões”.

Além de receberem apoio das entidades de classe como: Sindicato de Arquitetos, Sindicatos dos Engenheiros, Sociedade de Engenharia, Instituto dos Arquitetos, Sindicato dos Professores e Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, os professores foram ouvidos pela Comissão de Educação da Câmara Municipal de Porto Alegre, e Comissão de Educação e Cultura da Assembléia Legislativa, as quais convocaram a Direção da Faculdade a prestar

depoimento sobre as razões das demissões, mas a Direção se negou a comparecer que “agora que os professores demitidos se dirigiram à Justiça do Trabalho, esses motivos serão analisados pelo Juiz”.

Por intermediação dos delegados do MEC, iniciaram-se as negociações entre o Comando de Greve dos Professores e a Direção da Faculdade, quando por decisão de uma Assembléia Geral os professores abriram mão de sua reivindicação básica, ou seja, a reintegração dos dez demitidos, e aceitaram a proposta conciliatória do MEC de que: 1º fosse organizado um sistema de admissão e demissão passando pela aprovação do respectivo departamento; 2º nenhum professor seria contratado sem a regulamentação do sistema; 3º caso houvesse necessidade de contratação de professores para suprir vagas dar-se-ia preferência aos demitidos.

Mas, a direção foi intransigente declarando que “as demissões eram irreversíveis e que os demitidos jamais voltariam a lecionar na Ritter”, o que provocou a manifestação do delegado do MEC, José Ottmar Goettert, de que “está difícil realizar o acordo”.

No dia 6 de setembro 2ª feira, a direção divulga por meio da imprensa o reinício das aulas para o dia 10 de setembro de 1984, e comunica individualmente aos professores grevistas de que caso não comparecessem nos seus respectivos dias de aula, seriam demitidos com justa causa por “participarem de movimento grevista ilegal”.

Como a maioria dos professores e alunos mantinham a sua disposição de continuar o movimento, as aulas naquele dia funcionaram precariamente com um número muito reduzido de alunos, e as ameaças de demissão se concretizaram. Segunda foram 9, terça mais 8 e assim por diante, até totalizar 29 demissões.

No dia onze de setembro a Juíza do Trabalho da 11ª Junta de Conciliação e Julgamento, Maria Helena Sulzbach, acolhe a ação cautelar ajuizada há três semanas pelo advogado Tarso Genro, condenando a Sociedade de Educação Ritter dos Reis a reintegrar os requerentes com manutenção do emprego e trabalho até o trâmite final da ação principal, por considerar que:

“- o ensino é prestado pró-coletividade, classificado como serviço público próprio, ligado com as atribuições do Poder Público e que a função educativa é monopólio do Estado.

- entretanto, na impossibilidade de o Estado prover a totalidade do ensino delega a função a particulares. Exerce, portanto, o estabelecimento de ensino função educativa por delegação. Delegação esta de natureza especial eis que não se trata de concessão, permissão ou autorização.

- substituindo o Estado na função educativa, a escola é entidade pública e nessa condição edita atos administrativos, que estão sujeitos ao controle judicial.

- ao contratar e despedir professores está atuando na condição de substituto do Estado, eis que atos inerentes à função pública exercida.

- o aluno é o usuário e o professor prestador de serviço público, o qual não se privatiza pelo fato de a admissão ter ocorrido sob o regime da Consolidação das leis do trabalho.

- como entidade pública não se iguala ao empregador privada que despede arbitrariamente segundo seu interesse particular, visto que no âmbito

privado o objetivo é a atividade lucrativa. A administração deve praticar atos em proveito e benefício da coletividade.

Assim, posicionada a questão, concluiu-se que a despedida de professor, como todo ato administrativo, deve estar voltado ao benefício da coletividade, sendo vedado ao estabelecimento de ensino superior, na condição de entidade pública, a prática de ato de arbítrio.

Dia 13 de setembro, nove professores são reintegrados (um encaminhou processo separado por exercer atividade sindical) na presença de um oficial da justiça representantes das entidades de classe, diretor de faculdade e presidente da entidade mantenedora. Dessa forma, a direção e a mantenedora aceitaram readmitir também os outros 19 professores demitidos por "justa causa" - por estarem em greve encaminhando correspondência anulada a anterior (carta de demissão) e convocando para a volta às aulas, após 40 dias de impasse e atraso no calendário escolar.

Cabe ressaltar a decisão da justiça é inédita na área das faculdades particulares e caso esta decisão seja confirmada no julgamento da ação principal, abrirá jurisprudência na questão da estabilidade do professor das escolas particulares, em relação às demissões sem justa causa.

SETOR DAS PARTICULARES

Contatos prioritários com ADs e IES por região.

- Trazer para o movimento as ADs que existem.

a) São Paulo - Mogi das Cruzes, São Leopoldo de Santos, Moema, Instituto Metodista de São Bernardo, Medicina de Catanduva, Santa Casa, Faculdade de Medicina de Santo André, Fundação Escola de Sociologia e Política.

b) Rio de Janeiro - APROCAM (Friburgo), ADFIB (fazer contatos também com Hélio Alonso), ASDUERJ, Santa Dorotéia, Faculdade da Cidade.

c) Região sul - PR - Católica de Curitiba, CESULON (ADOCE - Londrina)

d) Rio Grande do Sul - ADUI, Santo Ângelo, Católica de Pelotas, Fundação de Bagé, Centro Educacional Lasalle.

e) Leste - Católica de Belo Horizonte.

f) Centro Oeste - CEUB, Anápolis, Rio Verde

g) Nordeste I - Católica da Bahia

h) Nordeste II - ADUCAP, Pernambuco, ADFURNE, ADURNG, ASDESAM.

i) Nordeste III - Fortaleza

j) Norte - (Contatos para formar ADs) - Amazonas, CNESG, Instituto Lasalle.

MOBILIZAÇÃO GERAL DOS PROFESSORES DE 1º E 2º GRAU DO ESTADO DE MATO GROSSO

1 - Histórico

Na pauta da assembléia legislativa do Estado de Mato Grosso, na sessão do dia 2/10/84, constava a votação de uma mensagem governamental que propunha uma gratificação de Cr\$ 40.000,00 para professor de 1º e 2º graus do Estado.

Em contrapartida, havia uma emenda propondo um abono de Cr\$ 63.000,00 (correspondente a 50% do salário base atual do professor que recebe, atualmente, Cr\$ 127.000,00 mensais) e que não foi aceito pelo plenário, através de manobra regimental feita pelo PDS.

O professor mato-grossense está consciente de que o abono não repõe a perda real de seu salário, pois, de 2,3 salários mínimos recebidos em 1983, hoje, recebe somente 1,3 salários mínimos.

2- Reivindicações

Não sendo aprovado o minguado abono de Cr\$ 63.000,00, os professores de 1º e 2º graus das escolas estaduais de Mato Grosso, em assembléia geral de 3/10/84, decidiram mobilização geral reivindicação basicamente:

- a) abono de emergência de Cr\$ 63.000,00.
- b) Piso salarial de três mínimos para o professor Classe A, nível 1, regime de 22 horas semanais.

RELATO DA REUNIÃO DAS AUTARQUIAS

I - AVALIAÇÃO DA GREVE - INFORMES

1 - AD - Santa Maria

A situação de pós-greve é boa, a mobilização excelente, com reuniões todas as 2^a feiras. Na última eleição realizada, apesar de haver chapa única (da AD), houve 71% de comparecimento dos docentes.

2 - AD - Ceará

A greve foi importante no estabelecimento de vínculos com a sociedade civil como um todo. Contudo, as assembléias realizadas após a greve apresentaram-se bastante vazias.

A conquista de espaço da AD junto aos docentes facilitou a organização local da AD assim como a formação de uma chapa única.

A avaliação presente é que não há, a curto prazo, nenhuma possibilidade de greve.

3 - AD - Rio Grande do Norte

O movimento saiu fortalecido da greve. Durante a greve foi constituído um Comitê de entidades, que encontra, porém, muita dificuldade na realização de um trabalho efetivo. As assembléias de pós-greve contam com 7- a 80 docentes no máximo.

De forma geral os docentes ocupam-se fortemente com suas atividades no momento. Contudo, o movimento trouxe novas pessoas com interesse num trabalho sério. Quanto a uma nova greve, as perspectivas são muito remotas.

4 - AD - Juiz de Fora

Encontrou certo problema em função de ter sido a primeira AD onde foram implementadas as recomendações do MEC de uma repressão burocrática (listas, ameaças, etc). Como saldo positivo, há o espaço conquistado, no âmbito dos docentes, exceto naqueles menos ativo no movimento.

O trabalho realizado na eleição do Reitor contou com grande participação.

Pelo conjunto de atividades realizadas no pós-greve não houve possibilidade de uma avaliação da greve.

No momento como as eleições na AD em função do seu presidente ter se candidatado a reitor, na condição de renunciar ao cargo.

Implementa-se a efetivação da comissão de defesa da universidade.

5 - APUB - Bahia

Greve forte, com apoio de vários setores, no qual foi criado o Comitê de Defesa da Universidade.

Comissões da assembléia legislativa visitam periodicamente a universidade para constatar o estado de abandono.

Há uma perplexidade sobre como levar adiante o movimento.

O 1º semestre letivo encerra-se em novembro. O 2º começa em janeiro. Discute-se a perspectiva de não ser dado o 2º semestre.

As férias iniciam-se agora o que dificulta qualquer perspectiva de uma resposta forte do movimento ao governo.

Sobre a manifestação do dia 15, em Brasília, considera que as férias poderão prejudicá-lo e sugere apenas manifestações em âmbito local.

6- ADUFF

Sentimento de prestação de uma greve perdida. Evidencia como da liderança e dos participantes. São esvaziadas as assembléias pós greve (a maior com 60 participantes) com lavagem de roupa suja.

Há dúvidas sobre a possibilidade de uma mobilização futura, contudo, há quem acredice em nova greve.

Propõe: semana de mobilização com paralisação no dia 25. Caso não haja uma resposta imediata do governo, faça-se 3 dias de paralisação na semana seguinte, apontando para nova greve. Traz a proposta para discussão no CONAD e para ser levado às ADs para o dia 25. Criação de uma comissão para alertar os vestibulando para o risco de não haver vestibular se não forem atendidas as indicações do CRUB ao MEC.

7- AD - Santa Catarina

Apresenta características especiais, pois diversos compromissos burocráticos de universidade atrapalharam o movimento. Foram realizadas eleições (e eleitos os candidatos do movimento) para diretores, chefias de departamento, reitor, vice-reitor e representantes dos órgãos colegiados.

A greve atrapalhou as datas pré-marcadas da universidade, assim como as eleições da AD, que provocou um desgaste no âmbito da entidade com queda de mobilização.

Não houve avaliação da greve, até o momento, em assembléia geral. Do comando de greve saíram cinco avaliações diferentes.

Como efeito da greve houve a formação de uma chapa da Reitoria em eleição recente, vencida pela chapa da AD por 54 votos em 1306 votantes, o que indica um estágio confuso atual, resultado de intensa campanha levada a cabo pela reitoria em termos de publicidades, pressões burocráticas e até oferecimento de cargos.

Contudo, como resultado houve uma catálise de diferentes tendências no movimento.

Sobre a semana de paralisação a assembléia não se considerou em condições de decidir, marcando nova assembléia.

Propõe ida a Brasília no dia 15/10. Porém, ir também no dia 10/10 junto com a caravana pró-CUT, realizando pela manhã a entrega de uma nota ao MEC e à tarde, seguir a programação normal. No dia 15 a ANDES, com representantes das ADs faz a entrega de uma nota ao Ministério.

8 - ADUFRJ

O movimento saiu fortalecido da greve, com ganhos políticos e boas ligações com a sociedade civil que continuam a ter desdobramentos. Houve ainda a abertura de espaço em unidades nacionalmente fechadas. Há um clima de descrédito quanto a ganhos materiais, assim como expectativa quanto ao dia 25/10, quando se pretende realizar denúncia da situação da crescente deterioração da universidade.

O cansaço e o desânimo de pós-greve levaram a uma desmobilização que se torna clara no processo eleitoral, com pouca participação dos docentes. Contudo, o resultado tem sido positivo, exceto nas eleições para a Comissão de ensino de graduação no Centro de Ciências da Saúde onde o candidato do movimento foi vencido.

No momento, as questões internas são as que sustentam mais interesse.

9 - AD-Goiás

O movimento apresenta-se bastante firme e coeso com grande mobilização.

Há a formação de um fundo de greve por meio de contribuição de Cr\$ 5.000,00/docente mês o que já rendeu Cr\$ 16.000.000,00 que se encontra depositado em caderneta de poupança.

A Cooperativa fundada durante a greve continua a funcionar.

Existe clara insatisfação entre os docentes no âmbito departamental já se propôs nova greve.

Assembléia a cada quinze dias com participação.

Se realize um seminário com participação de alunos e docentes e funcionários, sobre o que a universidade, ensino e o que se aprende.

Recentes eleições para a CPPD foram ganhas pelo movimento.

10- APUBH

Há uma preocupação com os rumos do movimento, na pós-greve, sem ter contudo idéias definidas. Há uma certa desmobilização o que tem causado problemas nos processos eleitorais.

No dia 25/10 propõe-se paralisação com incentivo de mobilização dos docentes. Planeja-se uma reunião do conselho de representantes dos docentes, dos funcionários e da UEE, para levar nossas reivindicações ao MEC.

No dia da paralisação, 25/10, deve-se fazer a denúncia à opinião pública de que não resolvemos nossos problemas.

11-ADUFPB

Na pós-greve como fato positivo evidencia-se o respeito do Reitor às consultas dos nomes para chefes de departamento realizado pela AD.

Há uma expectativa quanto aos rumos do movimento e a sensação de que á algo para ser feito.

Não se coloca explicitamente uma greve.

O calendário de atividades prevê recesso até o dia 5/11 o que torna difícil nesse período atividades que exijam mobilização. Sugere a transferência de paralisação de outubro para novembro. Qualquer atividade que não exija mobilização de todo o corpo docente será feita.

12 - AD-Rural - PE

A AD saiu fortalecida da greve. Não se acredita em resultado positivo criado das análises feitas pelo CRUB para o MEC.

Encaminhamento de mobilização: dias 23 e 24 para mobilização na universidade. Recesso universitário de 2 a 18/10, com reinício das aulas no dia 18/10.

Que uma comissão exija do MEC uma resposta às reivindicações.

13 - APUFPR

Há um documento de avaliação da greve distribuído no CONAD.

A crítica maior gira em torno da saída da greve. Há uma contradição evidente no fato da AD ter saído fortalecida e dos docentes estarem desmobilizados. A assembleia maior teve cerca de 70 docentes.

Tem realizado no âmbito da universidade apenas reuniões em unidade.

O evento universidade na praça não consegue reunir pessoas para realizá-lo. Aqueles que usualmente se encarregariam do trabalho estão cansados.

Importante criar perspectivas para o movimento, Não se sabe como.

14 - ADUFPA

Boa mobilização. Os docentes saíram da greve com pique para continuá-la.

De 5 a 9/11 haverá eleições para a diretoria da AD. Também se discute a sucessão para reitor. Há duas chapas. Uma da atual situação (reitoria) e outra da Renovação.

Questiona a realização de paralisação somente no dia 25/10, se se leva em conta o prazo dado pelo movimento a Ministra da Educação vai até 5/10. Da, se se mantém a data de 25/10, então o período de 5 a 25/10 deve ser de pressão concreta sobre o MEC.

15 - AD- UFRS

Há um refluxo aparente por falta de perspectivas. Não se vê sentido em uma pressão no momento.

Espera-se da ANDES uma contribuição sobre as perspectivas de diálogo com o governo.

16 - AD UPM

Assembléias com 8 a 10 docentes. Há uma desmobilização geral e nem a própria AD compareceu a este CONAD.

17 - AD - UFPE

Clima de cansaço e mobilização difícil.

Nas eleições atuais para a renovação da diretoria da AD houve uma acirrada discussão para que fosse possível criar uma chapa única como normalmente ocorria.

Indica uma desmobilização total no período de 12 a 27/10, visto haver recesso nesse período.

18 - AD - UBERABA

Saiu da greve antes das outras ADs em função do comparecimento de docentes que até o momento haviam se omitido da greve.

Após a greve houve apenas uma assembléia com 43 docentes (de 104), tendo como tema a sucessão da direção.

Considera difícil uma paralisação esse ano, sendo mesmo difícil uma de um dia.

PROPOSTAS

1- Da Diretoria para o setor das autarquias

Item 3 - Que se espere uma resposta do MEC até o dia 23/10

Adendo 1 - Que se realizem reuniões das ADs após o dia 25/10 para avaliação.

Adendo 2 - Que se realizem articulações com o 1º e 2º grau para atuação em favor da implementação da emenda João Calmon.

Adendo 3 - Que os documentos referidos nos itens 6, 7 e 8 sejam enviados a Agripino Maia, como representante dos 10 governadores do nordeste.

Que todas as ADs contatem os respectivos governadores e órgãos colegiados para o envio dos documentos.

2 - Da diretoria para os grupos setoriais

Adendo 1: Que o dia 25/10 tenha o caráter de denúncia e de protesto.

PROPOSTAS DA DIRETORIA PARA O SETOR DAS FUNDAÇÕES

As IES fundacionais desenvolvem no momento sua luta dentro de dois grandes eixos:

- A - CAMPANHA SALARIAL.
- B - LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO.

Dentro da CAMPANHA SALARIAL, propomos:

1 -Articulação com os outros setores da ANDES a partir dos 5 pontos básicos para unificação, estabelecido pelo segundo Encontro Nacional - SINPROs-ADs particulares e fundacionais:

- 100% do INPC
- Recomposição das perdas salariais.
- Reajuste trimestral.
- Estabilidade de emprego e carga horária.
- Unificação da data-base.

2 - Desenvolvimento de uma CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA NACIONALMENTE para 1985, a partir dessa articulação. Para tanto sugere-se a intensificação de contatos visando a criação de mecanismos informais de consulta regionais com as demais ADs, SINPROs e ANDES, para a divisão da luta na região.

3 - Dar continuidade à luta pela correção das curvas salariais, buscando os 100% do INPC.

No que diz respeito à LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO sugere-se:

- 1 - O empenho no combate à tentativa de ressuscitar a Lei nº 6.733 (Parecer do CFE).
- 2 - Realizar uma avaliação do processo sucessório nas Fundações.

É importante ressaltar que o PROJETO DE LEI DE EQUIPARAÇÃO continua no Congresso e o MEC ainda não se pronunciou acerca de sua retirada, proposta pelo CRUB. O setor deve continuar atento à questão, estudando formas concretas de pressão.

PROPOSTA DA DIRETORIA PARA OS GRUPOS SETORIAIS

Dia Nacional de Paralisação em Defesa da Universidade

Considerando a atual situação onde o MEC e o Governo procuram protelar o atendimento das reivindicações dos professores e descumprem a Constituição da República não aplicando os recursos devidos ao Ensino, conforme reza a emenda João Calmon, a Diretoria da ANDES propõe para a discussão de todos os setores do movimento:

1 - Realização no dia 25/10 de um Dia Nacional de Paralisação em Defesa da Universidade.

2 - O eixo da paralisação é a exigência do cumprimento pelo governo de que dispõe a emenda Calmon, ainda este ano.

3 - Realização, nessa data, de ato público nacional, por meio do qual o movimento docente - ANDES e ADs de todos os setores e de todas as regiões - espera retomar a iniciativa do processo.

Este ato será constituído pela entrada conjunta em juízo de ações legais exigindo o cumprimento do dispositivo constitucional.

Propõe-se a mais ampla divulgação possível do ato, por intermédio dos meios de comunicação e das assembleias.

Recomenda-se que cada setor mobilize para a paralisação acoplando ao eixo geral suas reivindicações específicas em defesa da universidade pública e gratuita e do padrão único de universidade proposto pela ANDES.

4 - As ADs encaminhem representantes para a reunião da CBE.

Cuiabá -MT, 6 de outubro de 1984.

MANIFESTO À NAÇÃO

A ANDES por deliberação do X Conselho Nacional de Associações Docentes - CONAD, considera fundamental o posicionamento claro quanto à conjuntura política nacional e particularmente à sucessão presidencial.

Os docentes reafirmam de forma categórica que as eleições livres em todos os níveis, e em especial para a Presidência da República, são absolutamente necessárias para o processo de democratização do país. Não apenas pela garantia do direito formal de voto, mas por abrirem o espaço para a intervenção dos setores organizados do movimento popular e democrático no centro do cenário político nacional.

Na campanha nacional pelas Diretas Já, o avanço e a força dos movimentos sociais organizados alteraram o conteúdo da própria campanha, superando seu caráter meramente liberal e transformando-a em enérgica contestação e claro repúdio do regime militar.

Apesar do rumo tomado pela questão sucessória, essa participação deixou saldos inquestionáveis na ampliação das bases sociais desses movimentos e na maior afirmação da cidadania já realizada pelas massas trabalhadoras na histórica do país. O profundo isolamento do governo e a pulverização de seu partido são consequências diretas dessa afirmação.

Os docentes reafirmam seu repúdio ao Colégio Eleitoral, casuisticamente montado para garantir a continuidade do regime. O processo indireto é ilegítimo e espúrio não apenas por contrariar a expressa vontade da maioria da população brasileira mas por excluir da definição dos rumos da vida política nacional os setores organizados da sociedade civil e dos trabalhadores da cidade e do campo.

A manutenção a todo custo do processo sucessório indireto representou o último recurso do regime e das elites conservadoras para barrar o avanço das forças populares e democráticas organizadas.

O Colégio Eleitoral representa o único fio de possibilidade de vitória da candidatura Maluf. Candidatura que representa a perspectiva de um retrocesso institucional que, na atual crise política e econômica, poderá levar o país a uma crise social de consequências imprevisíveis. Maluf significa a entrega total das riquezas nacionais ao capital internacional e o consequente abandono de qualquer interesse ou apoio à educação, ciência e tecnologia nacionais. Significa, como já demonstrou em São Paulo, a perspectiva de destruição da universidade pública, do arrocho salarial sem precedentes e da intervenção truculenta na universidade. A única posição possível em relação à candidatura Maluf é aquela que vem sendo assumida pela maioria da população: absoluto e total repúdio.

O perfil hoje assumido pela candidatura Tancredo Neves, por meio da composição de forças presentes na Aliança Democrática, tem como fator determinante uma linha de compromissos definida pela correlação das forças representada no Colégio indireto, que não reflete absolutamente aquela

existente no conjunto da sociedade brasileira. Explica-se assim a composição com setores declaradamente reacionários, como os representados por Geisel e Armando Falcão, ou marcadamente conservadores como a Frente Liberal. A heterogeneidade das forças representadas nessa aliança, além de seu perfil dominante conservador, tem obrigado o candidato a permanecer em formulações genéricas sobre as questões políticas nacionais e particularmente sobre a educação e a universidade.

Uma alteração significativa no atual quadro político dependerá essencialmente da retomada da articulação autônoma e independente dos setores organizados da sociedade para reafirmar claramente à Nação as suas propostas e reivindicações: eleições diretas, liberdade de organização partidária, independência e autonomia sindicais, direito de greve, fim da Lei de Segurança Nacional, mudança da política econômica e o rompimento com o FMI, a implantação efetiva do ensino público e gratuito em todos os níveis. Essas reivindicações permanecerão qualquer que seja o próximo governo.

A condição para transformar um possível governo Tancredo Neves, num período de transição democrática - isto é, não baseada na exclusão das massas, como pretendem as forças conservadoras - está dada apenas na capacidade que tenha o movimento dos trabalhadores e as entidades democráticas de ocupar novamente, e desde já , o seu espaço no cenário político.

O movimento docente reafirma que não abrirá mão do seu compromisso de lutar pela responsabilização do Estado na manutenção do ensino público e gratuito em todos os níveis e pela construção de uma universidade autônoma e democrática - única condição de colocá-la a serviço dos interesses das massas trabalhadoras do país. O movimento docente continuará buscando articulação com o movimento sindical para lutar de forma integrada por condições dignas de vida e trabalho e pelo direito a uma estrutura sindical submetida apenas à vontade democrática expressa dos trabalhadores.

A ANDES se dirige à Nação para afirmar a necessidade de uma ampla articulação das entidades e movimentos democráticos para lutar pela democratização efetiva da vida política brasileira e pela soberania nacional.

Cuiabá, 7 de outubro de 1984.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
Em 31/8/1984

(+) RECEITAS		
Contribuição de Associados		52.378.625
(-) DESPESAS		
Despesas Administrativas		
Ordenados e salários	1.610.040	
INPS	393.854	
FGTS	109.883	
PIS s/Folha de Pagamento	9.449	
Diárias	4.933.163	7.056.389
Serviços de Terceiros		
Conta telefônica	6.828.963	
Correios e Malotes	820.799	
Serviços Avulsos	3.004.289	
Honorários profissionais	1.722.000	12.376.051
Despesas Gerais		
Viagens e representações	20.170.309	
Material p/escritório	183.460	
Copa, cozinha e refeitório	10.550	
Combustível e lubrificantes	283.170	
Gastos com condução	648.545	21.296.034
Outras despesas		
Contribuições e doações	100.000	
Despesas com xerox	458.880	
Despesas legais, cartoriais	226.409	
Jornais, Rev. e publicações	91.439	
Divulgações	3.461.097	
Participação em Congressos	40.000	
Despesas diversas	21.768	4.399.593
Despesas financeiras		
Despesas bancárias		117.984
(=) Superávit no período		7.132.574

Benedito Tadeu César
 1º Tesoureiro

Geraldo A. M. de Oliveira
 Contador
 CRC-ES 3684 - CPF 493532257-87

BALANÇE PATRIMONIAL
Em 31/8/1984

ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
Disponibilidades		
Caixa	1.730	
Bancos conta movimento	6.295.867	6.297.597
Valor a realizar		
Investimentos em formação		481.594
		6.779.191
ATIVO PERMANENTE		
Imobilizado		
Máquinas e equipamentos	355.387	
Móveis e utensílios	119.600	
Direito sobre telefones	268.900	743.887
		7.526.078
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Empréstimos de Terceiros		291.732
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social	6.922.626	
Superávit do período	7.132.574	
(-) Suprimentos a comprovar	6.823.854	7.231.346
		7.523.078

Vitória - ES, 20 de setembro de 1984

Benedito Tadeu César
 1º Tesoureiro

Geraldo A. M. de Oliveira
 Contador
 CRC-ES 3684 - CPF 493532257-87

PREVISÃO DE DESPESAS/INVESTIMENTOS
Outubro/84 a fevereiro/85

DESPESAS		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Ordenados e salários	3.649.800	
IAPAS	1.447.839	
FGTS	291.984	
PIS	36.498	
Diárias	6.000.000	11.426.121
SERVIÇOS DE TERCEIROS		
Telefone e Telex	6.000.000	
Correios e Malote	600.000	
Serviços Avulsos	8.000.000	
Honorários profissionais	2.750.000	17.350.000
DESPESAS GERAIS		
Viagens e representações	33.000.000	
Material para escritório	500.000	
Copa, cozinha e refeitório	100.000	
Combustíveis e lubrificantes	300.000	
Gastos com condução	200.000	34.100.000
OUTRAS DESPESAS		
Contribuição e doações	100.000	
Despesas com xerox	600.000	
Jornal, rev. e publicações	100.000	
Divulgação	10.000.000	
Participação em congressos	100.000	10.900.000
DESPESAS FINANCEIRAS		
Despesas bancárias		200.000
INVESTIMENTOS		
Ações (compra de telefone)	1.203.985	
Móveis e utensílios	1.000.000	2.203.985
		76.180.106

Cr\$ 700,00	x 22.000	= Cr\$ 15.400.000	X 5	= Cr\$ 77.000.000,00
Valor da contribuição por associado	Nº médio de associados pagantes	Arrecadação provável por mês	mês	Arrecadação total provável em cinco meses

Região Norte (AM, PA, AC)		
Associações - SIGLA	Nº de Associados	Situação
1- Assoc. Doc. U.R. - ADUFAC	152	Pago até setembro - crédito de 59.084,00 para outubro
2- Assoc. Doc. U.F. do Pará - ADUFPA	870	Desde maio 84 - mais 7 cotas de 30.000,00 para CNG
3- Assoc. Doc. Fac. C. Agrária PA - ADUFCAP	80	Deve agosto/84 - mais 12 cotas de 15.000,00 p/ CNG
4- Assoc. Doc. U. Amazonas - ADUA	551	Em dia
5- Assoc. Doc. U. Rondônia	Sem informação	Deve desde janeiro/84
Região Nordeste I (MA, PI, CE)		
1- Assoc. Prof. U.F. Maranhão - APRUMA	200	Nunca pagou
2- Assoc. Doc. U.F. Piauí - ADUFPI	724	Deve desde maio/84 - mais recibo de contrib. de março/84
3- Assoc. Doc. U.F. Ceará	550	Em dia
Região Nordeste II (RN, Paraíba e Pernambuco)		
1- Assoc. Doc. U.F. - ADURN	1063	Deve desde julho/84 - mais 11.500,00 de diferença 519.000,00 para 531.500,00
2- Assoc. Doc. Esc. Sup. Agr. Mossoró - ASPESAM	71	Em dia - mais 8 cotas de 15.000,00 para CNG.
3- Assoc. Doc. U.F. Paraíba - JP - ADUFPB-JP	925	Deve agosto/84 - mais 1 cota de 30.000,00 para CNG.
4- Assoc. Doc. U.F. Paraíba - ADUCPB-CG	710	Em dia
5- Assoc. Doc. Fund. Univ. Reg. NE - ADFURNE		Todo 83/84
6- Assoc. Doc. U. Reg. Nordeste - ADURNE	Sem informação	Todo 83/84
7- Assoc. Prof. Cajazeiras - ASPEC	28	Deve desde set/83 - mais 12 cotas de 15.000,00 para CNG - mais 1.200,00 - Telex-CNG.
8- Assoc. Doc. U.F. Pernambuco - ADUFEPE	800	Deve desde julho/84 - mais recibo de março/84.
9- Assoc. Doc. U.F. Rural Pernambuco - ADUFERPE	229	Deve desde julho/84 - mais 4 cotas de 15.000,00 para CNG - mais 11.504,00 - Telex-CNG
Região Nordeste III (AL, SE, BA)		
1- Assoc. Doc. U.F. Alagoas - ADUFAL	450	Desde janeiro/84 - mais 8 cotas de 30.000 para CNG
2- Assoc. Doc. U.F. Sergipe - ADUFS	225	Desde agosto/84
3- Assoc. Prof. U.F. Bahia	1582	Desde junho/84
4- Assoc. Doc. U.Feira de Santana - ADUFS	242	Desde junho/84
Região Centro (GO, MS, MT, DF)		
1- Assoc. Doc. U.F. Goiás - ADUFG	864	Desde junho/84
2- Assoc. Prof. U. Cat. Goiás - APUC	419	Desde agosto/84
3- Assoc. Doc. U.F. Mato Grosso - ADUFMAT	700	Desde set/84
4- Assoc. Doc. U.F. M. Grosso do Sul - ADUFEMS	250	Desde junho/84
5- Assoc. Doc. U. de Brasília - ADUnB	300	Desde junho/84
Região Leste (MG, ES)		
1- Assoc. Prof. U. Belo Horizonte - APUBH	1.350	Deve agosto/84 - mais 1 cota de 30.000 para CNG

2- Assoc. Prof. Ens. Superior J. de Fora - APESJF	570	Desde junho/84
3- Assoc. Doc. U.F. Uberlândia - ADUFU	641	Desde maio/84
4- Assoc. Prof. U.F. Viçosa - ASPUV	500	Desde dez/83 - mais 1 cota de 15.000 p/CNG - mais 18.344- Telex-CNG
5- Assoc. Prof. E. Sup. Agr. Lavras - ASPESAL	133	Desde julho/84
6- Assoc. Doc. Esc. F. Engenharia Itajubá	155	Desde outubro/83 - mais 1 cota de 15.000 para CNG.
7-Assoc. Doc. U.F. Espírito Santo - ADUFES	825	Em dia - mais 1 cota de 30.000 para CNG
8- Assoc. Doc. U.F. Ouro Preto	Sem informação	Desde jan/84
9- Assoc. Doc. U.F. Diamantina	Sem informação	Sem informação - mais 6 cotas de 15.000 para CNG - mais 118.798,00 Telex-CNG.
10- Assoc. Doc. U.F. Uberaba	88	Desde julho/84
Região Rio de Janeiro		
1- Assoc. Doc. U. Santa Ursula - ADUSU	330	Desde julho/84
2- Assoc. Doc. U.F. do Rio de Janeiro - ADUFRJ	1.553	Desde julho/84
3- Assoc. Doc. PUC RJ	413	Desde agosto/84
4- Assoc. Doc. Fac. Notre Dame	47	Desde maio/84
5- Assoc. Doc. U.F. Fluminense - ADUFF	1.189	Desde jan... mais 6 cotas de 30.000 para CNG - mais 42.588
6- Assoc. Doc. U.F. Rural do Rio de Janeiro - ADUR-RJ	305	Desde maio/84.
Região São Paulo		
1- Assoc. Prof. PUC/SP - APROPUC	800	Em dia
2- Assoc. Doc. U. de São Paulo - ADUSP	310	Desde abril/84
3- Assoc. Doc. Esc. Paulista de Medicina - ADEPM	412	Em dia
4- Assoc. Prof. PUC/Campinas - APROPUCC	670	Desde julho/84
5- Assoc. Doc. U. Estadual de Campinas	1.000	Desde julho/84
6- Assoc. Doc. U. Metodista de Piracicaba - ADUNIMEP	205	Em dia
7- Assoc. Doc. U.F. São Carlos - ADUFSCar	439	Em dia, crédito de 34.088,48 (descontando telex de 29.592,00 do CNG) - mais 29.592,00 - Telex-CNG
8- Assoc. Doc. U. J. Mesquista F. - ADUNESP	500	Desde janeiro/84
Região Sul (SC, RG e PR)		
1- Assoc. prof. U. Santa Maria - APUSM	1.003	Desde junho/84
2- Assoc. Doc. U.F. RGS - ADUFRGS	1.100	Agosto/84 - mais 2 cotas CNG de 30.000,00 - mais 38.766,00 - Telex-CNG
3- Assoc. Doc. U. Rio dos Sinos - ADUNISINOS	410	Desde junho/84
4- Assoc. Doc. U.F. Pelotas - ADUFPel	524	Desde maio/84
5- Assoc. Prof. U.R. Grande - APROFURG	406	Agosto/84 - deve da prestação de julho/84, 15.716,00
6- Assoc. Prof. PUC-RS - ADPUC-RS	320	Desde fev/84
7- Assoc. Doc. U. Caxias do Sul	100	Desde fev/84
8- Assoc. Prof. U.F. Santa Catarina - APUFSC	1.308	Em dia
9- Assoc. Prof. U. Estadual Londrina - APUEL	548	Desde maio/84 - pagou por meio de O.P. em 29/8/84 Cr\$ 360.000,00. Sua

		contribuição, pelo nº de associados é de 274.000,00. Assim, para maio ficou com crédito de 86.000,00
10- Assoc. Prof. U.F. Paraná - APUFPR	1860	Agosto/84
11- Assoc. Doc. U. Estadual de Maringá - ADUEM	315	Desde jan/84
12- Assoc. Doc. de Ijuí - ADUI	Sem informação	Desde maio/84
13- Assoc. Doc. Cesulon - ADOCE	147	Desde abril/84

PROPOSTA DA DIRETORIA DA ANDES-SN PARA GRUPOS MISTOS NO X CONAD

Cuiabá, 6 de outubro de 1984.

Documento base para a discussão nos grupos do item 1.1 - A sucessão presidencial.

A conjuntura nacional, marcada pela permanência da crise econômica pelo agravamento a níveis sem precedentes na história do país exige, antes de mais nada, um esforço de análise acurada dos seus desdobramentos e de reavaliação das possibilidades de intervenção dos setores organizados da sociedade.

É imperioso reconhecer que o regime recuperou o controle do processo sucessório, pela via indireta por meio do Colégio Eleitoral, afastando os perigos que representariam as eleições livres e diretas já. Por outro lado, o surgimento da candidatura Tancredo Neves como oposição ao governo e em condições de ganha no Colégio, representa um preço muito alto para garantir a via indireta, que alguns setores do regime ainda não estão convencidos a pagar.

Quanto a Maluf, está em seu único terreno possível o das indiretas - e vê frustradas suas tentativas de buscar o mínimo de apoio social necessário para provar sua capacidade de contornar a indignação e revolta da população aos setores empresariais que o apóiam.

O pacto das elites fez desaparecer do cenário político e militar o povo organizado, substituindo o povo massas de apoio (ou de repúdio) aos candidatos. As entidades e movimentos que participaram ativamente da Campanha das Diretas sabiam assim como regime e as elites, que tal conquistas representaria uma possibilidade de ingresso de amplos setores organizados da população na definição de um novo quadro político, econômico e social do país.

A disputa ferrenha dos votos do Colégio Eleitoral envolve os políticos e absorve as energias partidárias, enquanto o movimento amplo das categorias de trabalhadores é deixada de lado. A aceitação do Colégio Eleitoral generaliza-se e a possibilidade concreta de por em pauta alguma emenda que trate das Diretas já é cada vez mais retoma.

A articulação dos setores conservadores, que já garantiu em abril a insuficiência de votos para a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, subsiste (redefinido) e garante o processo eleitoral indireto hoje. Diante desse quadro, o movimento docente deve se posicionar de forma clara e consequente.

Em primeiro lugar, é necessário reafirmar a absoluta convicção de que somente um processo eleitoral livre e direto pode desencadear mudanças expressivas na situação política e econômica nacional. E que tais transformações não decorrerão simplesmente de um presidente formalmente comprometido com mudanças, mas do espaço político real que as entidades e organizações populares terão para se expressar e intervir nas políticas desse governo.

Ao movimento docente não cabe apoiar este ou aquele candidato, nem alimentar a ilusão de participar da elaboração de plataformas políticas de fato

definidas nos gabinetes. Do ponto de vista da política para a educação, Maluf já demonstrou sua posição como governador de São Paulo (defesa do ensino pago, arrocho salarial, intervenção na UNICAMP) e sua indiferença em relação às reivindicações organizadas dos trabalhadores e dos professores em particular. É preciso buscar posicionamentos precisos de Tancredo Neves, cujas declarações sobre a universidade tem sido, no mínimo, genéricas e infelizes. É preciso reafirmar as propostas que os professores do ensino superior vem colocando há anos.

É essencial manter e rearticular as formas organizadas dos movimentos populares e sindicais - de maneira autônoma e independente e fazer valer suas propostas e reivindicações seja qual for o próximo governo. Só assim a perspectiva de transição com o novo governo começará a ganhar conteúdo democrático e popular.

PLANEJAMENTO DA COMISSÃO DE POLÍTICA DE SAÚDE

- 1 - Exposição de motivos para justificar a constituição de comissões de saúde na ANDES e nas ADs.
- 2 - Aprovação do regulamento da comissão de saúde.
- 3 - Criação de comissões locais de saúde pluridisciplinares
- 4 - Relação de subáreas englobadas pelo setor saúde: medicina, odontologia, enfermagem, psicologia, fonoaudiologia, ortopedia, terapia ocupacional, fisioterapia, nutrição, farmácia, saúde pública, medicina veterinária e, eventualmente, serviço social, educação física e engenharia sanitária.
- 5 - Estabelecimento dos campos prioritários de ação:
 - 5.1 - Promoção da saúde;
 - 5.2 - Ensino na área da saúde;
 - 5.3 - Assistência na área da saúde;
 - 5.4 - Pesquisa na área da saúde;
 - 5.5 - O docente na área da saúde.
- 6 - Levantamento dos problemas específicos de cada subárea para cada um dos tópicos do item 5, por meio de questionários a serem enviados às ADs.
- 7 - O hospital universitário.
- 8 - Encontro nacional de docentes na área da saúde.
- 9 - Espaço no boletim da ANDES e elaboração de revista anual.
- 10 - Acolhimento de sugestões e propostas das comissões locais.
- 11 - Criação de um banco de dados para a área da saúde.

DOCUMENTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Ofício Circular nº 013/84-SG

Florianópolis, 18 de setembro de 1984

Da: Secretaria Geral
Para: ADs e Diretores

Assunto: Convocação do X CONAD

Companheiros:

De acordo com as decisões do IX CONAD e da reunião da diretoria realizada em 18 e 19 de agosto, convocamos o X CONAD para realizar-se no período de 5 a 7 de outubro, na cidade de Cuiabá - MT, sob a organização da ADUFMAT.

Para tanto, formulamos a seguinte proposta de pauta e organização dos trabalhos, a ser deliberada na Plenária de Instalação:

Pauta

- 1 - A conjuntura nacional e movimento docente.
 - 1.1 - sucessão presidencial
 - 1.2 - A participação do movimento sindical
- 2 - As lutas setoriais
 - 2.1 - A realização de campanhas salariais intersetoriais (estaduais fundações, particulares e federais fundações).
 - 2.2 - Avaliação da greve, trabalho da Comissão CRUB, encaminhamentos (autarquias federais).
- 3 - Verbas e Democratização.
- 4 - Questões organizativas e financeiras
 - 4.1 - A definição do índice de reajuste da mensalidade.
 - 4.2 - Implementação de fontes alternativas de captação de recursos.
 - 4.3 - Contrato de prestação de serviços com a corretora de seguros.
 - 4.4 - Rateio dos custos do CONAD.
- 4.5 - Local, data, pauta do IV Congresso da ANDES-Sindicato Nacional

Observações.

a) No que diz respeito ao item 1.2, é importante lembrar que por decisão do Congresso de Piracicaba, o próximo Congresso deverá tomar decisão sobre a filiação da ANDES a uma central sindical.

b) Sugere-se que as ADs tragam avaliações da greve por escrito para que, além de facilitar a discussão, seja possível sua posterior publicação.

c) No que diz respeito ao item 3, deverá ser dada continuidade ao trabalho e da discussão feita no IX CONAD sobre o tema: A Universidade hoje: financiamento e democratização (veja relatório).

d) Por deliberação do IX CONAD, as ADs que se propõe a sediar o IV Congresso da ANDES deveriam remeter planos de viabilização financeira para a Diretoria até 30 de agosto de 1984. Tendo o cumprimento deste prazo se tornado inviável para as ADs, solicitamos que as ADs interessadas em sediar o próximo Congresso remetam seus planos de viabilização à tesouraria (prof. Tadeu), para que possa ser feita uma estimativa do custo de passagens, até o dia 28 de setembro (data de postagem).

II - ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Sexta-feira - dia 5 - Plenárias de abertura e instalação

Horário: 20 horas

Sábado - dia 6

9h às 12h30 - Grupos mistos (temas 1, 3 e 4)

12h30 às 14h30 - almoço

14h30 em diante - Grupos setoriais

- Grupos intersetoriais (fundações estaduais, particulares, fundações, federais)

Domingo - dia 7

9h às 18h - Plenárias (temas 1, 2, 3 e 4)

- Plenária final

Observação - Dada a evidente necessidade de trabalho até as 18 horas de domingo, solicitamos que as passagens de retorno não sejam marcadas para antes desse horário.

As informações sobre a organização do evento podem ser obtidas junto à entidade-sede:

ADUFMAT - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso
Rua Fernando Correa s/nº - Caixa Postal 3055
Cidade Universitária - Coxipó da Ponte
78100 - Cuiabá - MT
Telefone (65) 361-2211 - Ramal 125

Aproveitamos a oportunidade para apresentar as nossas mais cordiais

Saudações

Prof. Raul Guenther
Secretário Geral

DA: ANDES - Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior
PARA: Associações de docentes Telex nº

Comunicado da reunião conjunta das autarquias e fundações realizada em Brasília, no dia 2 de setembro de 1984.

ADs presentes:

Autarquias: Pará, Bahia, Rio (UFF, UFRJ), Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Paraíba (João Pessoa e Campina Grande), Rural de Pernambuco, Goiás, Espírito Santo, Alagoas, Rio Grande do Norte, São Paulo (EPM), Rio Grande do Sul (Santa Maria) e Ceará.

Fundações: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Uberlândia, Brasília, São Carlos e Rio Grande.

Obs.: Apresentamos a seguir uma síntese dos pontos principais que retiramos como avaliação dos informes das ADs e da Comissão do CRUB. Informes mais detalhados serão encaminhados pela SG/ANDES, via correios.

1 - INFORMES DAS AUTARQUIAS

- Acompanham o trabalho da Comissão do CRUB sem expectativa otimista sobre os resultados; possibilidade de definição mais favorável depende da continuidade da pressão;
- A greve fortaleceu as ADs (novas filiações, maior reconhecimento social, etc.)
- Menor grau de mobilização comparativamente ao período da greve; novo calendário foi motivo de amplas discussões internas, exigindo muito esforço das ADs; novo calendário variou muito de instituição para instituição;
- Após a greve houve mobilização interna intensa no sentido de ampliar a participação dos docentes nos órgãos colegiados e nas instâncias internas das ADs (representantes, etc.).

2 - INFORMES DAS FUNDAÇÕES

- Primeira manifestação de força do movimento das fundações foi conseguida com a paralisação de 10 fundações, conjuntamente, em agosto;
- Verificou-se o fortalecimento das ADs e integração ao movimento nacional;
- Após o final da greve das autarquias e do movimento das fundações e com a sustação da tramitação do projeto de lei de equiparação no Congresso Nacional, a mobilização do setor sofreu um refluxo no tocante à questão salarial;
- Disposição de luta frente às ameaças de perdas salariais.

3 - INFORMES SOBRE A COMISSÃO DO CRUB

- A ANDES vem procurando agilizar o trabalho da Comissão em seu funcionamento e no relacionamento em outras esferas do MEC e do governo;
- As reivindicações do movimento foram consideradas justas, por unanimidade; seu mérito não é objeto de discussão;

- Tendência predominante a afastar as fundações do âmbito do projeto (ou decreto);
- ANDES está elaborando proposta de decreto-lei único que contempla um reajuste emergencial de 22,75% e equiparação (equivalência) salarial por meio da semestralidade e de reajuste de 24% a ser concedido em 2 anos;
- Comissão tende a elaborar duas propostas de decretos-lei: uma contemplando o reajuste emergencial e a outra tratando da equiparação. A justificativa se funda na urgência do reajuste emergencial e da maior complexidade da equiparação. A ANDES acredita que se trata de uma forma de conceder apenas o emergencial deixando as outras reivindicações de lado. Comissão ainda não discutiu a questão de verbas, mas considera correta as reivindicações da ANDES.
- Continuidade dos trabalhos da Comissão:
 - 3 e 4 de setembro - reuniões não-oficiais (informais). ANDES tentará transformar a reunião do dia 4/9 em formal.
 - 10 a 14 de setembro - reuniões para conclusão dos trabalhos
 - 17 de setembro - Plenária do CRUB para apreciar o documento final da comissão.

INFORME DA REUNIÃO ESPECÍFICA DO SETOR FUNDACIONAL

A base da discussão foi a questão salarial. Considerou-se dois pontos importantes: retirada das fundações do projeto de lei de equiparação salarial e reivindicação de 100% do INPC.

A retirada das fundações é uma tendência unânime entre os membros da Comissão do X CRUB. Isso não assegura necessariamente que o governo aceite não controlar mais os salários das fundações. Importa, pois, que as ADs mantenham os professores informados sobre essa possibilidade e o movimento mobilizado, até que haja uma decisão final por parte do governo.

Estabeleceu-se como luta imediata a aprovação de um projeto que contemple 100% do INPC para todas as categorias e que altera substancialmente a Lei 2065. Dentre esses, está com prioridade o Projeto Nelson Carneiro.

Para as fundações é essencial a aprovação e aplicação do Projeto Já em setembro. Este deve ser o ponto chave de mobilização imediata a partir desta semana com ações externas (contatos com sindicatos, partidos, associações, etc) e internas, por meio de campanha de esclarecimento ressaltando que a não aplicação, em setembro acarretaria uma perda de 20% a 30% dos nossos salários que permaneceria inserida nos reajustes posteriores. Em face disso, algumas ações ficaram definidas:

- 1) Pressão por parte da ANDES e ADs junto aos deputados visando a aprovação urgente do projeto.
- 2) AGs dia 11 ou 12 tirando posição do movimento, na perspectiva de ações conjuntas e unificadas, ainda em setembro, a ser levada à reitoria, ao MEC e ao governo federal.

Sugerimos que as ADs discutam nas AGs uma paralisação nacional conjunta do setor, até final de setembro, para afirmar nossa reivindicação de 100% do INPC já e derrubada da 2065. A reunião nacional do dia 20, em Brasília, deliberará sobre as propostas encaminhadas pelas ADs.

Outro ponto foi o projeto Juarez Bernardes (PMDB-GO) sobre aposentadoria integral dos docentes do ensino superior que será votado próximo dia 19. ADs devem discuti-lo levando posição aos membros do Congresso Nacional.

Recomendamos a participação das ADs no encontro de sindicatos e associações que se realizará na PUC-Campinas dias 8 e 9 de setembro que tratará da reivindicação de 100% do INPC e derrubada da 2065.

ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ANO III - N.º 19 -

Outubro de 1984

X CONAD propõe

25 de outubro, Dia de paralisação e protesto



O X CONAD propõe que 25 de outubro seja um dia de paralisação e protesto pela aplicação da emenda Júlio Calmon. Um dia para avaliar as respostas às reivindicações e determinar os rumos da luta. Saiba mais sobre o dia 25 e o CONAD nas páginas centrais.

E MAIS

As conquistas nas Estaduais do Paraná (Pág. 3)

Particulares derrubam 2065 (Pág. 4)

A posição da ANDES diante do momento político (Central)

Eleição de reitor nas fundações (Pág. 11)

Autarquias: um ano de descaso

(Última pág.)

S I N D I C A T O

ANDES
NACIONAL

Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas
Séção Sindical da Andes - Sindicato Nacional
Rua Maj. Cicero de Góes Monteiro, 101
96.015 - PELOTAS - RS
ADUFEPAI - SSIND

EDITORIAL

SUPERAR A CRISE

A crise põe qual passa a universidade brasileira certamente não está ligada apenas às pessimas condições de trabalho, ou ao autoritarismo que ainda impõe em muitas instituições. Mas, sem dúvida, estes elementos compõem, parcialmente, destas crise.

Os baixos salários e a falta quase que completa de recursos para desenvolver estudo, pesquisa e extensão, provocam, não só a desistência e a frustração profissional, como também a saída de colegas cuja formação demorou muitos anos. Contra isso lutamos nas aulaquias numa greve de 84 dias, fruto do desuso governamental.

A exploração salarial dos docentes nas universidades e escolas particulares obriga a multiplicação de empregos, remunerados por hora-aula, que avulta a distância. Por isso lutamos por recomposição salarial e pela utilização do INPC integral para readjustar nas IES particulares.

O autoritarismo presente em todas as instituições, fruto dos anos mais negros da nossa história, e que se expressa de forma particular nas universidades fundacionais, onde todos os dirigentes eram nomeados, até bem pouco tempo, impede o livre debate, emperra as iniciativas, corta a criatividade pela raiz. Contra ele lutamos de forma desacatada nas fundações realizando em processo de eleições diretas dos reitores, unificado nacionalmente.

A tentativa de descomprometer-se com a manutenção dos setores sociais, entre eles a educação

a universidade, reproduz-se nas mais diversas circunstâncias, como bem demonstra a luta de docentes e servidores paranaenses.

A luta dos docentes no seu dia-a-dia pode não revelar toda a extensão da crise, mas mostra seu aspecto fundamental: os docentes querem uma universidade em que tenham condições de trabalhar, que seja democrática e autônoma, condição essencial para que ela esteja voltada para os interesses da maioria da população, enquanto o governo mantém sua ofensiva no caminho de invisibilizar a universidade pública e gratuita.

Este Boletim retrata essa luta e suas perspectivas.

Mostra que importantes vitórias, conquistas e avanços foram obtidos no período.

Indica também que há muito

por fazer para superar as precárias condições de trabalho, a repressão, o boicote à participação, para que possamos desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão com a qualidade que buscamos e que a realidade do país exige.

Dante de uma conjuntura em que, para a escolha do Presidente da República, busca-se por todos os meios substituir a população brasileira por um colégio eleitoral, cuja composição não reflete em absoluto as forças políticas e aspirações da sociedade, fica bastante claro que só a continuidade da luta pelas nossas reivindicações, levada adiante de forma autônoma e independente do Estado, dos partidos, dos partidos políticos, é que possibilitará a superação da crise e a construção de uma universidade autônoma e democrática.

A tentativa de descomprometer-se com a manutenção dos setores sociais, entre eles a educação

OPINIÃO

O movimento sindical em debate

Carlos Martins

O movimento docente tem enfatizado, a nosso ver acertadamente, a necessidade de intervir junto às articulações em que se divide o movimento sindical brasileiro para fazer valer as reivindicações dos docentes. Devemos lembrar que é preciso pensar o que significa e o que significa o movimento docente enquanto movimento sindical que, logicamente, é. E a partir do próprio formar concreto para elevar sua articulação no movimento sindical mais geral.

Calhe nos pensar o que representa o ANDES enquanto estrutura de entidade sindical e o partir do definir o seu relacionamento com a estrutura mais geral. O movimento docente, evidentemente por ter uma entidade marcadamente pelo seu domínio interno e apoiada nas organizações por local de trabalho e concelho, é uma estrutura dos trabalhadores em um sindicato autônomo uniuário". Em outras palavras, não se resolverá a oposição entre ADx e SINPRO se não por uma redifinição global da estrutura sindical onde possivelmente tanto um quanto outros desaparecerão enquanto sua forma atua.

Entendemos, ainda, por exem-

plo, como a questão sindical tem sido reduzida ao nível dos setores munícipios, federais e estaduais. O

movimento tem afirmado a seu direito o direito a sindicalização para os funcionários públicos, que

o governo justificou como

“insuficiente informação e pos-

sicionamento das bases para que

tal filiação corresponda à aspira-

ção dos trabalhadores do III

Congresso, etc.”.

Admitindo que esta posição não seja excludente para evitar definições mais ou menos constitutivas, cabe perguntar porque uma entidade - um movimento - que realiza quatro greves nacionais e outras tantas locais, que acumula indiscutíveis vitórias de caráter trabalhista, que ocupa um espaço significativo na arena política nacio-

nal, tem sido incapaz de levar as suas bases a informação que lhes permitiu o posicionamento?

Não acreditamos que este tipo de estrutura é positiva para qualquer outra categoria profissional? Em outras palavras, a estrutura do ANDES não é uma proposta, construída e testada no prático pela luta dos docentes, de organização sindical?

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aquela parcela do professorado que controla o movimento,

que sustenta as entidades, participa das

assembleias, etc.

Cabe perguntar se a indefinição

e o conflito entre os setores profe-

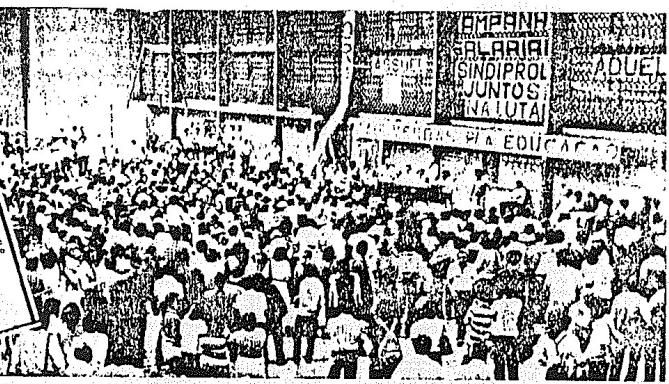
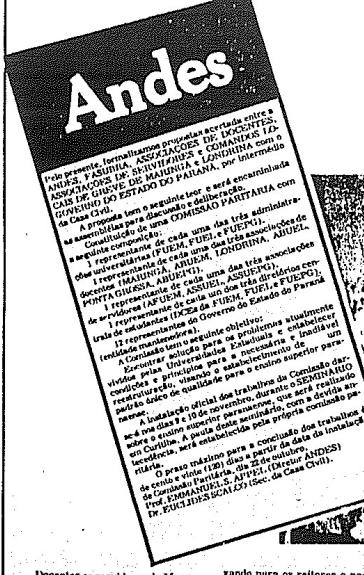
sionais - o que não existiu, mas

também tendeu claramente majori-

taria da base real da entidade, ou

seja, aqu

Paraná: luta unificada é vitoriosa



Docentes e servidores de Maringá e fozenses conseguem, em luta unificada, memorável vitória política, sindical e salarial. Abaixo um histórico da participação da Andes e da Fasubira juntão com os companheiros da ADUEM, AFUEM, ASSUEI e SINDIPROL.

29/8 - Andes envia ofício ao Governo José Rúbia, com cópia à Secretaria da Educação, apoiando as reivindicações das universidades estaduais (Pern, Foz e Fuprg) e solicitando seu atendimento.

- 5/9 - Participando de debate promovido pela comissão de Educação da Assembleia Legislativa, em Curitiba docentes e servidores das três universidades retorciam, com o humor que só o preceituado mostra que o Estado do Paraná não tem obrigação de garantir o ensino do 3º grau, atribuindo-lhe esta responsabilidade à Federação. Além da importância da proposta de federalização, considerava "corporo estrutural no conjunto das universidades" que os docentes e servidores universitários também ocorrera argumento frequentemente utilizado pelo MEC, de que a prioridade momento "não é a 3.ª c.c. graus".

5/9 - Resposta ao ofício da Andes, assinada pelo chefe da Casa Civil, Deputado Enelides Sculco, comunicando que o Governador "assumiu as problemáticas vivenciadas pelas universidades, vêm mantendo contatos com as entidades envolvidas, lascando um desenhador comum que possa conciliar os interesses dos professores e os do Governo do Estado".

9/9 - A Andes, os Sindicatos de Professores e as Associações de Docentes, presentes em Campinas durante o II. Encontro Nacional de ADs e Síndicos, emprestam seu apoio à parceria nos docentes e servidores das três universidades em sua luta por melhores condições e salariais e de trabalho...

GOVERNO FECHA QUESTÃO AUTONOMIA PARA OUTUBRO

10/9 - O governador José Rúbia, em nota oficial, concede autonomia para as três universidades, del-

xando para os reitores o poder de negociar diretamente com os docentes e servidores os respectivos reajustes salariais. De sua parte, compromete-se a repassar recursos que garantam os reajustes de até 13% para os docentes e servidores das universidades federais (reajuste de 13% para os docentes e servidores das universidades federais, com exceção da UFSC, que terá resultado sobre os docentes e servidores, com a mesma artilharia). A nota estabelece ainda prazo para conclusão das negociações.

O prazo máximo para a conclusão das negociações é de 15 dias, contados a partir da data da instalação de certa comissão (Carta à Foz, 10/9).

Dr. Eraldo Souza (Sec. da Casa Civil).

Autonomia sem democracia, e portanto, sem o correspondente poder para a comunidade universitária exercer a sua verdade, autonomia embaraçada para a burocracia (para reitores escudados em processos anti-democráticos).

20/9 - Diretores da Andes e representantes de Associações de Docentes de Universidades Federais Autárquicas e Funcionais, reunidos em Londrina, emprestam seu suporte ao movimento reivindicatório das universidades e solicitam ao Governo do Paraná uma manifestação positiva, capaz de conduzir à normalização das atividades.

21/9 - Andes e Fasubira, considerando essencial a retomada das negociações entre o Estado do Paraná e os docentes e servidores em greve, encaminham ao governador José Rúbia que resulta em multíssima a sua diretriz e um entendimento das servidores, recebendo benéficio de 3 milhares, já tinham beneficiado a esse índice.

11/9 - ADUEPG em assembleia decide entrar em greve. A não participação da entidade dos servidores (ASSUEI) impõe ao governo a imobilidade, com resultado para este decisão da assembleia dos docentes. Assim, se não, o entendimento, que com essa participação dos docentes da Ponta Grossa foram estabelecidas as condições para uma posterior unificação das lutas das três universidades.

17/9 - ADUEPG em assembleia decide entrar em greve. A não participação da entidade dos servidores (ASSUEI) impõe ao governo a imobilidade, com resultado para este decisão da assembleia dos docentes. Assim, se não, o entendimento, que com essa participação dos docentes da Ponta Grossa foram estabelecidas as condições para uma posterior unificação das lutas das três universidades.

19 e 20/9 - A convite da ADUEP e da ADUEM a regional sul da ANDES, através do Prof. Amunirin Beck, participa de debates acerca da "autonomia" concedida, questionando a "desvinculação do CDP" e o "autonomia global" com base na reflexão pranchista pelo ADU desde 1982 e no seu a não aceitação da autonomia nem democratização.

PRES. ADUEM INICIA GREVE
25/9 - Sintoma ao inviável e a organização, evitando pressões e baixas políticas, o prof. Fernando Ponte Souza, presidente da Aduem, dá início a sua greve de fome, recusando a autonomia concedida e exigindo a reintegração do governo do Estado nas negociações.

26/9 - Andes solicita a todos os ADs do país e envia de telegramas ao Governador José Rúbia, solicitando urgente reabertura das negociações. Junto com a Fasubira entra em entendimento com os Comitês Estaduais em Curitiba.

28 e 29/9 - Andes defende reivindicações do movimento previstas em reunião com os Srs. Enelides Sculco, Chefe da Casa Civil, e Mauro Maranhão, Procurador Geral do Estado. Procura sobretrair a maior parte das reivindicações ao 10 de setembro, descrevendo anteriormente, não puniu no resultado de desabrigação econômica combinada com controle político e também a entrega dos docentes e servidores a uma correlação de forças desigual, favorecendo o flagrante, corporativo burocrático. No final da reunião

a Andes apresenta a proposta da comissão paritária.

1/10 - O avanço do estado de saude do professor Fernando Ponte Souza, enfo no seu sexto dia de greve de fome, a chegada de uma caravana de grevistas, sobretudo servidores vindos de Maringá, uniu-se ao movimento liderado pelo Palmeiro Júnior, discutindo e confirmar intenção de forma unificada tanto Londrina como em Maringá e o uplo cada vez maior da população do Norte paranaense presidencial no sentido de reengajar o governo na negociação. No final da tarde, devido a greve e a organização dos docentes e servidores, o governo do Estado e a ANDES formalizam a proposta da Comissão Paritária.

2/10 - O professor Fernando P. Souza, em reunião com o governo do Estado, no seu sétimo dia de greve, suspende sua greve e participa junto com seus companheiros com a ANDES e FASUBRA (horterio Kugler e Tanil R. Rodrigues) de imponente assembleia no campus da FozUEM. Docentes e servidores reafirmam a retomada das negociações, obtendo a legalização da greve e aprovando proposta pratica da comissão das negociações.

3/10 - Na parte da manhã, reunião da ANDES, FASUBRA, ADUEM, AFUEM e Comando da Greve com o governador José Rúbia. Comitê de força do seu organismo de docentes e servidores obrigam a Reitoria a acelerar a assembleia como única e soberana instância de decisão e sentar-se na mesa de negociações.

3/10 - No final da tarde, reunião da ANDES, FASUBRA, ADUEM, AFUEM e Comando da Greve com o governador José Rúbia. Comitê de força do seu organismo de docentes e servidores obrigam a Reitoria a acelerar a assembleia como única e soberana instância de decisão e sentar-se na mesa de negociações.

7/10 - Delegados da ADUEM e ADUEP, presentes em plenária filial X, CONAD, em Cuiabá, apresentam a proposta da assembleia um voto de reconhecimento à diretoria da ANDES, em particular ao prof. Emmanuel Joaquim, presidente da ADUEM na luta dos docentes e servidores das universidades estaduais de Maringá e Londrina.

FIM DAGREVE: VITÓRIA POLÍTICA, SINDICAL, SALARIAL.

5/10 - As assembleias de Maringá e Londrina decidem por unanimidade empratarizar a luta, encerrando-a com a avaliação de que a greve fortaleceu a comunidade universitária e viabilizou importantes conquistas políticas, sindicais e salariais. A greve foi uma grande vitória que o Ceará, o Paraná e Minas Gerais também se desdobraram com o custo de 3.º grau, trazendo-o de volta a mesa das negociações através da comissão paritária, comprometendo-o com uma reestruturação;

- possibilitou uma distribuição dos montantes reajustados às universidades que se situam entre 90% e 100% do INPC para os docentes e reajustes de até 132,8%, sobre os salários dos servidores que receberam pouco mais de 1.º turno mínimo;

- consolidou melhores condições de trabalho e critérios concretos para a democracia da estrutura de poder. Em Londrina foram conquistadas 23 das 36 cláusulas trabalhistas reivindicadas, destacando-se a estabilidade por oito meses, quadro de referência para outras universidades, a criação de uma comissão permanente, 22 posses de auditins para os servidores durante o mês, férias e/ou gula de nove dias. Em Maringá, o compromisso de se iniciar logo em seguida a reformulação do estatuto e dos regulamentos internos, assim como a elaboração de projeto de discussão. Em ambas as universidades, o certeza de que a vitória tornou-se possível graças à luta unificada dos docentes e servidores, unificação que trouxe para as assembleias universitárias a divisão existente no social e possibilitou aos docentes compreenderem e posicionarem-se enquanto trabalhadores do ensino,

7/10 - Delegados da ADUEM e ADUEP, presentes em plenária filial X, CONAD, em Cuiabá, apresentam a proposta da assembleia um voto de reconhecimento à diretoria da ANDES, em particular ao prof. Emmanuel Joaquim, presidente da ADUEM na luta dos docentes e servidores das universidades estaduais de Maringá e Londrina.

162^b Próximo fim da injustiça

A lei que regulamentou em 162 horas o multiplicador de reajuste salarial dos professores horistas, encontra-se em vias de ser aprovado pelo Senado Federal, já o tendo sido na Câmara.

Esta é uma velha aspiração da maioria dos professores da rede particular é contraria ao regime de pagamento por hora-aula, isto significa que o professor só tem remunerado o seu tempo de trabalho passado em sala de aula, nada recebendo por correção de provas, preparação de nulas, ou atendimento ao aluno.

Isto, por si só, já constitui um desvirtuamento da função do educador e uma espoliação do profissional, causando graves prejuízos ao ensino e à pesquisa.

Como se não bastasse, porém, desde que o governo federal instituiu o reajuste salarial em cascata a partir das demissões iniciadas desde 1979, o professor particular horista tem o valor de sua hora-aula multiplicado por 240, indice que supõe que ele - professor-ministre 8 horas de aula por dia, ou trinta dias do mês, inclui-se neste cálculo o repouso semanal remunerado, como que este fosse salário - o que não é, mas, no invés de adicionar ao salário - o que realmente é - o que é certo, deveria ser computado o reajuste do salário (o repouso reinunciado equívoco, por lei, 1/6 do salário) e não ser incluído no multiplicador da reajuste.

Acresce a isto, o fato de que o professor está proibido de lecionar mais de seis horas diárias na mesma instituição, por regulamento do CFE, o que corresponde a caso todos ministram esse número de aulas, o que absolutamente não ocorre - a um máximo de 162 horas mensais.

Sabemos todos que, mormente no atual período de crise, o docente tem, em média, entre 12 horas a aulas-semanais, no invés das 36 possíveis. Mesmo assim, lutar pelo multiplicador das 162 horas significaria relativizar não o correto, mas pelo menos o legal.

Neste sentido, a ANDES buscou encaminhar ao Congresso, estudo sobre o assunto por ele encamulado, para que este se tornasse projeto de lei. Ressalte-se que, a princípio, mesmo os sindicatos mostraram-se reticentes e, algumas se opuseram à iniciativa da ANDES. Finalmente, o II Encontro entre ADs e SINPROs consagrou a matéria, unificando a luta de todos pelas 162 horas.

A esta altura, o estudo da ANDES já servira de base para dois projetos de lei — um do deputado Darcy Passos e outro do deputado Al-

berto Goldman, ambos do PMDB, tramitando, porém, era demorado lenta.

Por iniciativa do II Encontro, decidiu-se por uma reunião simultânea demítidos com justa causa. Não por coincidência, Ihernêz Zanetti, foi aprovada, finalmente, no dia 3 de outubro passado, havendo o compromisso das lideranças do Senado em, também lá, dar sequência ao projeto.

As 162 horas não conseguiram em um multiplicador ideal para o reajuste dos salários do professor. São, pelo menos, o que a lei permite.

Trata-se de um número de referência a partir do qual o movimento poderá calcular suas perdas salariais, em reacção a o a n t i g o multiplicador-federal — de 240 horas, servindo, portanto, como base mínima à luta pela recomposição do valor dos salários.

Sabe-se que os sindicatos patronais e o próprio CRUB não querem as 162 horas e disparam, se, até o momento em que fechávamos este boletim, a pressionar o Senado para sua rejeição. Investem contra o parágrafo 2º da emenda n.º 2 da lei salarial — a emenda Zanetti — que iguala o valor da hora-aula. Na forma hoje em vigor, o professor vê seu salário aumentado em equivalente ao salário de 50 horas de 40 minutos (informe a aula-aula diurna ou noturna), correspondendo ao valor da hora completa — 60 minutos — do salário mínimo. O que já significa, de princípio, escancarar-lhe de 1/6 a 2/6 do seu ganho.

Esquecem-se as mantenedoras, ainda, que mesmo assim, o índice de 162 horas continua sendo um multiplicador, que é aplicado considerando que o professor pode das 36 horas semanais, quando o que realmente ocorre é que ele dá, em média, apenas 12.

Entendemos que esta lei é mais do que justa. Pretendem, contudo, com a força de seu lobby junto ao Governo, impedir que se faça justiça. Não vão conseguir. Trata-se de um ato derradeiro de autoritarismo, num dos derradeiros momentos de um agonizante regime autoritário.

A luta da ANDES pelas 162 horas deixou clara, na consciência dos docentes, que esta era apenas um passo no sentido da revisão da Universidade brasileira. Um passo, entretanto, que será dado até o fim.

Passo importante para estabilidade

Minha linda família da Justiça, galochas — que se formou na da etnia africana superior — ultrapassou precedentes jurídicos na questão da estabilidade do professor das escolas particulares. No dia 13 de setembro, por determinação do Juiz da 1ª Vara da 1ª. Vara de Conciliação, Mário Mário da Silva Lúcio, foram readmitidos 29 professores arbitrariamente demitidos pela direção do Instituto Bitter dos Reis de Porto Alegre.

Em julho desse ano, dez professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Bitter dos Reis foram simultaneamente demitidos com justa causa. Não por coincidência, Ihernêz Zanetti, destinada àquela seminário interno para restauração do currículo Pleano. As conclusões do Seminário foram apresentadas pelo diretor da faculdade, que defendeu um "programa de ensino".

imediatamente a ANDAUPA (Associação de Docentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Porto Alegre) convocou assembleia geral e declarou em estado de greve, exigindo a imediata atuação das autoridades e a Chamada de Greve e a direção da Escola.

Todas sem êxito. Os diretores mantinham-se intransigentes afirmando que "as demissões são irreversíveis e os demitidos jamais voltarão a trabalhar".

A Administração do Instituto manteve o recesso da instituição de 10 a setembro. Professores e alunos mantinham-se firmes na disposição de continuarem o movimento. As aulas funcionaram pacificamente. A resposta da direção é inefável: "participação de movimento grevista ilegal".

EM BENEFÍCIO DA COLETIVIDADE?

No dia 11 de setembro Mário Silveira, Juiz do Trabalho, acolhe a ação cautelar impetrada pelos demitidos, condenando a Sociedade de Educação Bitter dos Reis a pagar a greve, restituindo imediatamente o Seminário formando-a e tributando final do ciclo letivo.

Vejam abaixo trechos dos considerações da justa incluídos no processo:

"O ensino é prestado para coletividade, criando como serviço público a função educativa é inegável".

"Nir impossibilidade do Estado prover a totalidade do ensino elevará a função a particularidades. Delegado é de natureza especial, eis-

que não se trata de concessão, pertencendo ao autorização.

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

Emenda João Calmon: A quem serve a protelação

provada no final do ano de 1984 Congresso Nacional e publicado no Diário Oficial do União no dia 10 de setembro de 1984, a Emenda Constitucional n.º 24/83 conhecida pelo nome de seu autor João Calmon, inclui o § 4º no artigo 170 da Constituição.

§ 4º. Anualmente a União fará transferências para o Distrito Federal e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco cento no mês, da receita resultante de impostos, na mesma proporção de ensino".

"Lei orçamentária relativa a publicações, decretos, resoluções, anexos, estabelecendo-se no anexo

íverno um "polêmica" a respeito da aplicabilidade, e da data de que seriam despendidas a manutenção e o desenvolvimento das unidades administrativas do governo, entre elas o próprio Mec, entendendo que a Emenda só poderia serida após sua regulamentação através de lei estabelecendo assim o conceito de despesa a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

O Conselho Federal de Educação entendeu, no entanto, que a Emenda era autoaplicável, podendo, num primeiro momento, ser adotada a regulamentação estabelecida.

"Após praticamente um ano de discussões entre o Conselho Federal de Educação e o Congresso, e pelo presidente da República, chamei o presidente da República, determinando a aplicação imediata da emenda (veja matéria ao lado), elencando a atenção para as consequências gerais pelo descumprimento e pela inobservância das leis e o direito dos administradores públicos.

"Aí quase dois meses da data de publicação do parecer, o governo não continua a cumprir a Emenda João Calmon, no que diz respeito ao ano de 1984 e no orçamento de 1985 já no Congresso Nacional.

A "polêmica" e o "ilususso" no âmbito do governo só serve no não cumprimento da Emenda em 84, tentativa de não cumprir em 1985, dando prosseguimento ao desvio de verbas dos setores sociais conforme a cartilha do FMI.

Figueiredo a favor da aplicação da Emenda

No dia 10 de setembro de 1984 foi publicado no Diário Oficial do União, depois presidencial aprovando o parecer do Consultor-Geral da República, Ronaldo Rebeleiro de Britto Poletti, que analisa o anteprojeto do MEC que clamava a aplicação da Emenda João Calmon. Este parecer establece:

"que a Emenda Constitucional em tela (n.º 24/83) é aplicável de prazo contado a partir da data da aprovação do projeto de lei que autoriza a implementação da mesma, com os recursos das dotações orçamentárias orçadas, mediante a abertura dos créditos suplementares e sucessivos, couberem, à medida de realização da receita de impostos...".

Governo deve 400 bi ao ensino

Junto ao anúncio do orçamento inicial da União para 1984 é salientado excesso de arrecadação a que se refere o valor de R\$ 12 bilhões, que é o volume de impostos arrecadado durante o ano de 1983, ou seja, R\$ 12 bilhões, ou 10% do total, ou seja, R\$ 120 bilhões.

total transferido pela União aos Estados, Municípios somente R\$ 8.025,4, ou seja, 6,7% que é menor que a

apenas uma parcela proveniente de impostos arrecadados por força de regulamentação do MEC para o ensino. Calmon, portanto, o total de impostos arrecadados pela União seja descontado o valor devido para o Estado e Município por força da previsão constitucional das dotações anteriores resta:

Universidade precisa de 181 bilhões

segundo o MEC, as reivindicações salariais de servidores e docentes da Ufsc fecharam o orçamento com um total de R\$ 181 bilhões para 1984 (o que significa 10% do total que a União deve ao ensino da Emenda Calmon). Como referência é importante lembrar também que o atendimento das reivindicações salariais do pessoal da Presidência implicaria o emprego de R\$ 90 bilhões.

As universidades precisam custear nas autarquias e anexos 80%, de acordo com a proposta da ANDES apoiada pelo TCU (R\$ 16,9 bilhões (29,2% da dívida da União para com o ensino)).

Não pode haver negociação de falta de recursos. As Universidades precisam apenas 45,2% do que é devido para o ensino.

X CONAD

Nestas páginas, as principais deliberações do 10.º Conselho Docentes, realizado dias 5, 6 e 7 de outubro

25 de outubro

Diante do descumprimento claro do que estabelece a Emenda João Calmon, o X CONAD decidiu propor às ADs de todo país a realização de um DIA NACIONAL DE PARALISACAO E PROTESTO.

Neste dia deverão ser organizadas formas de manifestação pública (atos, caminhadas, idas às Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores, etc) e discussões internas articulando as lutas dos setores com o não cumprimento da Emenda Calmon.

Esta proposta também foi lançada pela FASUBRA, estando criado o espaço para articulação com os servidores em cada local de trabalho.

Neste dia de paralisação e protesto deverão ser encaminhadas também, ações jurídicas contra o não cumprimento da Emenda João Calmon.

1. A posição da ANDES e República, fica definida

2. A ANDES vai buscar neste processo, tendo como

3. A ANDES proporá as sobre o governo Maluf e

4. Convocar para um dia de Tancrêdo Neves.

Manifestação

A ANDES por deliberação do X Conselho Nacional de Associações Docentes - CONAD, considera fundamental o posicionamento clara e conjuntamente política nacional e particularmente a sucessão presidencial.

Os docentes reafirmam de forma categórica que as eleições livres em todos os níveis, e em especial para a Presidência da República, são absolutamente necessárias para o processo de democratização do país. Não apenas pela garantia dos direitos civis e políticos, mas por abrir o espaço para a intervenção das seções organizadas do movimento popular e democrático no centro do cenário político nacional.

Na Campanha Nacional pelos Direitos JÁ, o avanço e a força dos movimentos sociais organizados alteraram o destino da própria campanha, amparando-a definitivamente e transformando-a em energética contestação e claro repúdio ao regime militar.

Apesar do rumo tomado pela questão sucessória, essa participação das seções organizadas na ampliação das lutas sociais desses movimentos e em maior afirmação da cidadania já realizada pelas massas trabalhadoras na história do país. O profundo isolamento do governo e a pulverização de seu partido são consequências diretas dessa afirmação.

Os docentes reafirmam seu repúdio ao Colégio Eleitoral, constitutivamente montado para garantir a continuidade do regime. O processo indireto é ilegítimo e espírito não apenas por contrariar a expressa vontade da maioria do povo brasileiro, mas também por ser resultado de delírio dos ramos da vida política incluindo os setores organizados da sociedade civil e dos trabalhadores da cidade e do campo.

Democracia

IV CONGRESSO

Vitória de 25-2 a 2-3

Até o Conad não haviam sido apresentadas propostas por escrito de ADs interessadas em sediar o IV Congresso, devidamente acompanhadas de um estudo preliminar de viabilidade econômica, operacionalística, etc. Dias 10 e 11 se dispuseram em Plenário a sediá-lo. A APUB propôs Salvador e a ADUFES propôs Vitória.

Por maioria absoluta foi aprovada a realização do IV Congresso em Vitória, de 29 de fevereiro a 3 de março de 1985.

A diretoria da ANDES fará, de imediato, a convocação para IV congresso cujos detalhes e definição da pauta serão decididos em sua próxima reunião nos dias 10 e 11 de novembro do corrente em São Paulo. As ADs poderão apresentar suas sugestões à secretaria geral quanto à pauta até o dia 9 de novembro.

OUTUBRO

ESTIMANDES

Nacional de Associações
outubro em Cuiabá

Mento político

ante do processo sucessório de Presidência da
Manifesto à Nação elaborado pelo CONAD.
rticular-se com as entidades da sociedade civil
no elos as lutas e reivindicações que serão
mo e o repúdio a todo e qualquer continismo.

ADS das Estaduais paulistas a confecção de dossier
a São Paulo face estas universidades.
ato público com a Universidade o candidato

ifesto à Nação

A manutenção a todo custo do
processo sucessório indireto representou
o último recurso do regime
e das elites conservadoras para
barrar o avanço das forças populares
e democráticas. Eleitoralmente
o discurso de possibilidade de vitória
da candidatura Maluf. Cundi-
datura que representa a perspec-
tiva de um retrocesso institucional
que, na atual crise política e econô-
mica, poderá levar o país a um
desastre social de consequências im-
previsíveis. Nisso inclui a con-
tegra total das élites nacionais
ao capital internacional e o conse-
guente abandono de qualquer inter-
esse ou apoio à educação, ciência
e tecnologia nacionais. Sobremane-
do, é de se temer que o Pálio,
a perspectiva de instalação de um
governo político, de arrocho salaria-
rio sem precedentes e de interven-
ção truculenta na universidade. A
única posição possível em relação
à candidatura Maluf é aquela que
vem sendo assumida pela maioria
do povo: absoluto e total re-
púdio.

O perigo hoje assumido pela
candidatura Tancredo Neves,
através da compoção de forças
presentes na Aliança Democrática,
tem como fator determinante
uma linha de compreensão da
luta eleitoral entre duas forças res-
ponsáveis ao Colégio Indireto,
que não reflete absolutamente
aqueles existentes no conjunto de
sociedade brasileira. Expõe-se
assim a compoção com os setores
declaradamente reacionários, co-
mo os representados por Gelson e
Armando Paixão, ou, paralelamente,
as massas populares como a
Frete Livre. A heterogeneidade
das forças representadas nessa
aliança, além de seu perfil domi-
nanteamente conservador, tem
obrigado o candidato a permanecer
em formulações genéricas sobre
as questões políticas nacionais
e particularmente sobre a educação
e universidade.

Uma alteração significativa no
quadro político dependerá es-

sencialmente da reformula da arti-
cultura universitária e independente
dos setores organizados da socie-
dade para reafirmar claramente à
Nação as suas propostas e reivindica-
ções: eleições livres e diretas, li-
berdade de organização partidá-
ria, independência sindical, mu-
tualismo, direitos civis, livre-foco, fina-
lidade de Sociedade Nacional, mu-
tualismo, política econômica e o
trânsito efetivo do ensino público e
gratuito em todos os níveis. Essas
reivindicações permanecerão
qualquer que seja o próximo go-
verno.

O perigo para transformar
um possível governo Tancredo Neves,
muito perigoso de transição de
democracia — isto é —, não basea-
se na exclusão das massas,
como pretendem os setores
conservadores — este é o apensu
deles —, mas sim no isolamento
dos trabalhadores e an-
ticipando a ocupação no
novo governo; e, diante da crescente
população; absoluto e total re-
púdio.

O movimento docente reafir-
ma que não é motivo do seu
compromisso de lutar pela respon-
sabilidade do Estado na manutenção
de uma educação pública e gratuita em
tuas de nível e pela construção de
uma universidade autônoma e
democratizada — única condição de
colocá-la a serviço dos interesses
das massas trabalhadoras e popu-
larização do ensino superior.

O movimento docente continuará
buscando a luta com o movi-
mento sindical para lutar de for-
ma integrada por condições dignas
de vida e trabalho e pelo direito a
uma estrutura sindical submetida
apenas à vontade democrática
dos trabalhadores, que expressa
mesmo os ADES prepararam-
para o próximo congresso.

O X Congresso da ANDES em 1985 deverá se posicionar
quanto a luta ou não da entidade a uma Central Sindical.

Essa foi uma das deliberações da reunião do X Congresso.

Os trabalhadores que participaram do X Congresso
recomendam que se procure associar a
maioria do professorado nas ADES e ANDES à prá-
tica sindical de massas e ao sindicalismo.

ROTEIRO E CRONOGRAMA

Como sugerido na reunião da questão sindical nas ADES
e X Congresso indica os seguintes pontos:

Cuiabá, 07 de outubro de 1984

ADS presentes

ADUnB	APES-JF	PINAS
ADUFS	ADUFPA	ADUSU
ADUFGO	ADUFEFE	ADUEPI
ADUFEMS	ADUFPr	ADUFES
ADUFRPE	ADUNICAMP	ADUEL
APUBH	APROPUC/SP	APUSM
ADUFC	APUC-GO	ADUFU
APUFSC	APUB(BA)	ADUFRGS
ADUNIMEP	ADURN	ADUEM
ADUA	ADUFSCAR	ADVED
ADUFF	ADUFMAT	
ADUFRJ	APROPUC/CAM-	

SETORES

Autarquias

1. Definir a continuidade da luta dia 25

Dia 25 é dia de uma resposta oficial às reivindicações — o CONAD — o plenário definiu um novo prazo até o dia 23 de outubro. No dia 25 deverão ser realizadas AGs em todo país, com o objetivo de analisar a resposta do MEC e definir os desdobramentos do movimento. O CONAD decidiu também marcar nova reunião nacional em Brasília no dia 28 de outubro.

2. Cobrar o compromisso do CRUB para com a sua proposta

3. Reforçar o pedido de audiência junto à ministra, alertando para os desdobramentos da crise.

Fundações federais

- 1 - Discutir a unificação do car-
ponto salarial a partir dos cinco
pontos básicos estabelecidos no
encontro de 22 de outubro, e
realizar a reunião dia 26/10.
- 2 - Lutar pela modificação da
constituição jurídica dos Conselhos
Diretores (Conselhos do Cu-
rador), através dos quais o
CDE busca ressuscitar a CDE.

Particulares

1 - Campanha Salarial Unificada para 85

Ações Immediatas:
a) Luta em Defesa (do prédio
e do diretor) da Universidade
Brasileira

Que para o setor signifi-

a) Revisão do Estatuto da Uni-
versidade particular e o conse-
quente redefinição do papel e de
funções (de poder) das mante-
nedoras;

b) Democratização dos cargos,
collegiais e órgãos de apoio co-

c) Quadro de carreira unificado

d) Mais verbas (novo consequê-
ncial)

Ações Immediatas:

- Estabilidade de emprego e cur-
ta-hora;
- Luta em Defesa (do prédio
e do diretor) da Universidade
Brasileira
- Que para o setor signifi-
- a) Revisão do Estatuto da Uni-
versidade particular e o conse-
quente redefinição do papel e de
funções (de poder) das mante-
nedoras;
- b) Democratização dos cargos,
collegiais e órgãos de apoio co-
- c) Quadro de carreira unificado
- d) Mais verbas (novo consequê-
ncial)

- 1 - A intensificação da luta pela
democratização da Universidade
apoiando especialmente a reunião
zado e o encontro de 22 de outubro
e da escolha de dif-
ferentes, da estrutura acadêmica
e das órgãos de apoio.
- 2 - Reativar e ampliar o
ativar e ampliar a ANDES para
estudar o Estatuto e a função dos
mantenedores, na rede universi-
tar. Objeto fornecer dire-
tores. Objetivo aumentar das DES
particulares em reação as empre-
sas mantenedoras.
- 3 - Elaboração pela ANDES de
um projeto que quer de carreira
unificada a ser transformado
em projeto de lei.

Movimento sindical

Aprofundar o debate

1. O que é sindicalismo?

2. O que são a CTET e o CONCAT?

3. Qual o sentido de uma filiação da ANDES?

4. Como o MTD vai exercer no Movimento Sindical?

5. Relacionamento entre a ANDES, as ADES e SIN-

PIRES

O cronograma proposto é o seguinte:

a. As ADES devem promover assembleias ate o 20 de de- mbro para eleger a quem deve apresentar as propostas

monstradas no dia 22 de outubro para sua discussão e realização de contribuições;

b. As regionais da ANDES devem organizar seminários

preparatórios ate 20 de dezembro para apresentar

as propostas para o congresso;

c. A ANDES deve realizar um seminário no primeiro dia

do IV Congresso com representantes da CUT e da CONCAT

e demais articulações sindicais interessadas.

BOLETIM ANDES

10 DE 1984

X CONAD

Finanças

Congresso fixará política de arrecadação

Com base no orçamento apresentado pela Tesouraria da ANDES foi aprovado, por maioria absoluta — um realiste de 70% sobre o valor das mensalidades. A taxa mensal de Cr\$ 500,00 foi majorada, portanto, para Cr\$ 850,00 a partir de outubro. A outra proposta menos votada indicava reajuste de 100% do valor atual. Esse assunto será mais detalhadamente discutido na próxima congresso da ANDES. Baseado em sugestão da Tesouraria da Escola com contribuições das ADs, pretende-se que o congresso — determinar uma política de arrecadação e de reajustes com critérios permanentes para os próximos semestres.

O recurso a outras fontes de receita (propaganda, promoções, etc) foi considerado oportuno.

Caberá à Diretoria a implementação dessas sugestões visando a auto-sustentação do Boletim da ANDES bem como estudar outras alternativas para aperfeiçoar o IV Conad.

A decisão quanto a firmar ou não o contrato com a Seguradora gerou grande polêmica. Foi decisão da maioria, não adiar mais essa questão. Por maioria simples de votos, resolveu-se pela não assinatura no momento, sem prejuízo de sua aceitação pelas ADs interessadas. O Plenário entendeu ainda que cabe à Diretoria continuar em contato com as Companhias Seguradoras e prosseguir no estudo das vantagens e desvantagens desse contrato, tendo em vista a possível reabertura da discussão em eventos futuros da ANDES.

ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

BALANÇO PATRIMONIAL - Jan/Ago 84

ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
Disponibilidades	1.710	6.797.597
Caisse Início C/Movimento	6.299.867	
Valores a Realizar		481.581
Investimento em Formação		6.779.078
ATIVO FIXAMENTE		
Imobilizado	355.387	
Máquinas & Equipamentos	115.860	112.897
Livros & Documentos	302.520	
Direito a Ações		1.121.978
PASSIVO		291.732
PASSIVO CIRCULANTE		
Empreendimentos de Terceiros	2.037.626	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social	7.135.576	1.231.346
Superávit do Período	6.823.854	
(-) Suprimentos a Comprever		7.132.219
Vitória/ES, 20 de Setembro de 1984		
<i>Benedito César Tesoureiro</i>		
<i>Enrico Pachioni Graciliano</i> diretor de todos, dever de todos		

BOLETIM ANDES

Você leria um jornal chamado

LUTAS?

Está na banca,

Assinatura Semestral: Cr\$ 12.000.
Remetá um cheque nominal à Editora Independente Ltda
Rua Nunes Machado 14, conj. 151/16
88000 - Florianópolis, SC.

OS QUERIDINHOS DA VASP.



Menino de 6 anos de 65 anos, 30% de desconto



Sras. e Srs. de 14 a 21 anos, 30% de desconto



Menino de colo, até 12,5% de desconto



Menina paga meia

Descubra os queridinhos da Vasp. Tarifa BTI - Brasil Turismo Individual. Disponível de 20 a 32 horas, com passagem para qualquer destino do Brasil. Tarifa BTI - São Paulo Rio. Ficar fora da sua cidade de origem 7 dias no inverno e 2 meses no verão. Tarifa BTI - Brasil Turístico Grupo. Descansa de 25 a 32 horas. Tarifa BTI - Brasil Turístico Grupo. Ficar com uma criança, um adulto pode viajar com a passagem da parte de Brasília para São Paulo Rio, e ficar da sua cédula de origem 3 dias no inverno e 2 meses no verão.

Mais informações na VASP - Brasil Turísticas Vasp. Serviço de bordo completo, atendimento pessoal, hotéis mais convenientes para todos os lugares do Brasil para onde voa e para onde vai.

Plano Dusit na Palma do Rio, criado pela Vasp para facilitar a sua vida. é só ir ao seu Agente de Viagens ou a Vasp.

tarifa, escolhendo hotéis, passagens e a marca do carro que você quiser alugar, com taxa moderada.

Reserve sua viagem com Crédito à Vista, pagando 20% de entrada e saldo em até 10 vezes, com o menor juro do país.

Aproveite, porque mais morronha do que isso já não é mais morronha, é escondida.

Procure seu Agente de Viagens ou a Vasp.



O avião nasceu para todos.

Vasp. É mais gostoso.

OUTUBRO DE 1984

Entidade

Consolidação na luta

Gestão 82/84 apresenta relatório das atividades

Principais problemas ocorridos durante a gestão

A - Quanto as Lutas

- A no conquista das reivindicações salariais na greve de 1982 e na luta conjunta com o funcionalismo em julho/83.
- Dificuldade de Implementação da luta pela carreira unificada nas IES Particulares.
- Dificuldade de Implementação de lutas salariais unificadas e do projeto de carreira da ANDES nas Fundações Federais.
- Dificuldade de trabalho conjunto nas IES Estaduais.

B - Quanto à organização e financeira

- A dificilíssima situação financeira enfrentada, que trouxe prejuízos graves as atividades previstas e elevados dividendos pessoais aos seus líderes, em virtude do atraso persistente no resarcimento dos gastos autorizados.
- Tal situação impossibilitou objetivamente dentro outras tantas, organização de grupos de trabalhos permanentes, a edição da revista da ANDES, e uma periodicidade menor que a desejada do Boletim da ANDES. Além disso, as dificuldades financeiras afetaram decisivamente o trabalho dos Vice-regionais, impossibilitados de um trabalho mais constante tanto às ADs da região.
- Desfiliação de algumas Adm. estaduais em função da saída repressora das Ieforias e suas IES.
- Dificuldades de condição de trabalho em algumas Vice-regionais.

Principais lutas desenvolvidas, vitórias obtidas e organização da infra-estrutura da ANDES

I - Lutas desenvolvidas

Lutas Gerais

Articulação com a sociedade civil no conjunto das lutas populares e democráticas,

O presente relatório, escrito da forma mais sucinta possível, tenta recuperar as informações sobre as principais lutas desenvolvidas pela ANDES durante a gestão no período.

A diretoria entende que a gestão teve um saldo bastante positivo, na medida em que foram cumpridos os principais objetivos a que se propôs quando da apresentação da sua carta programa. É evidente que caberá ao conjunto das filiadas o julgamento final sobre a atuação da nossa gestão. Não obstante a concluímos na certeza de termos dado o máximo de cada um de nós à consolidação da ANDES junto ao conjunto da categoria e sua afirmação junto a sociedade civil brasileira.

destacando-se a articulação com a OAB, a SPBC e a ABI.

- Decisiva participação na Campanha pelas Diretas Já. Participação da ANDES no Comitê Suprapartidário Nacional e Comitês Estaduais e Regionais.

- Discussão permanente dos problemas educacionais, com atuação decisiva na organização do Fórum de Debates das Secretarias Estaduais de Educação.

II - Lutas Sindrais

- Presença nos congressos de São Bernardo (CUT) e Praia Grande (Concal).

- Participação na vinculação e reunião das duas centrais e postura inequívoca pela unificação das duas concepções em uma única central.

III - Lutas Gerais no âmbito da Universidade

Registraram a profunda articulação com as entidades nucleares dos estudantes (UNE) e funcionários (Fasubra) e deslocamos:

- a) Ensino Público e Gratuito e Reestruturação da Universidade.

- A campanha de 82 (em conjunto com a UBE, a CPB e UNE) em torno do "Ensino Público e Gratuito, Direito de Todos, Dever do Estado", com grande participação nuclear e vitoriosa, na articulação (mesmo que temporária) do projeto do MEC/82 de cunho de igualdades nas IES públicas.

Luta constante pelo consolidação de vagas nas IES privadas e expansão nas IES públicas.

- Elaboração do documento "A proposta da ANDES para a Universidade Brasileira" oficialmente entregue ao Ministério.

- Luta permanente e vitoriosa (com a greve das atuarquistas/82) contra projetos burocráticos e parciais do MEC para reestruturação da universidade Brasileira (aviso ministerial/82, projeto do CTUB, parecer Caio Tarcito).

b) Verbas

- Luta constante, decisivamente levada pelas ADs das IES Autárquicas nas greves de 82 e

IV.

- Participação na luta pelos 12% do orçamento da Unifor (parcialmente atendida pela emenda Jônio Carmona).
- Luta permanente contra subsídios aos representantes das IES. Particularmente, defensora dos subsídios financeiros para a capacitação, pesquisas e extensão dos grupos de pesquisadores e professores das duas IES, com controle e supervisão das verbas pelo pessoal diretamente envolvido, sem passar pela administração.

IV - Lutas Sindrais

a) Autarquias

- Luta vitoriosa de resistência contra o projeto de destruição da carreira única (greve de 82), muita embora não se tenha obtido vitória quanto a reivindicações salariais naquele ano.

- Luta salarial e por mais verbas em 84, ainda não definida.

- Articulação com as demais entidades do funcionalismo através do Comando Nacional de Mobilização e com a CSPB.

b) Fundações

- Expressa atuação na vitória da reformulação da Lei 6733.

- Luta contra o arrocho da Lei 2995 e contra o novo projeto (84) de arrocho preparado pelo MEC (a pretexto de equiparação salarial).

- Participação da comunidade

docente na elaboração das listas sextuplas para reitor em maio-junho/84

c) Partidários

Luta constante pelo pagamento salarial por 162 horas, contra subsídios, pela carreira única, contra demissões arbitrárias.

d) Estaduais

Acompanhamento das lutas salariais e pro democratização.

e) Organização e Finanças da ANDES

i - Secretaria

- Edição periódica do Boletim (11) da ANDES e um número especial para as Fundações.

- Filição de novas ADs e constituição de um número expressivo de comissões pró-ADs.

- Cadastro atualizado de todas as ADs (53 filiadas).

- Mostragem (em colaboração com a APHOPUC-SP) do escritório da ANDES em São Paulo, com organização de arquivo central e infra-estrutura de apoio ao movimento.

- Organização de dois congressos (Fortaleza e Piracicaba) e quatro CONADS (Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro e Goiânia).

- Organização em conjunto com a UNE e FASUBRA, do I Encontro Nuclear entre docentes, alunos e funcionários das universidades brasileiras.

- Organização, em conjunto com o CONAD/84, do I Encontro de ADs e Sindicatos de Professores.

- Organização, em conjunto com a ADIPIM, do 2.º Encontro de Docentes da Área da Saúde.

II - Finanças

O balanço da ANDES, aprovado no III Congresso (02/84), segue em anexo, ao lado do balanço final da Lei amansada no presente CONAD.

Gestão 82/84 - Balanço financeiro

Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES
Demonstrativo do Resultado
Gestão 82/84

RECEITAS				
Contrib. de Associados	80.533.283,68		
DESPESAS				
Desp. Administr.	2.051.885,40		
Ordinários e Salários	154.995,01		
Férias	140.999,24		
Férias	7.830,53		
Dárias	7.019.018,00		
SUBTOTAL	9.674.728,78		
Serv. Terceiros	7.714.515,54		
Contas Tel.	1.200.092,30		
Faz. Multif.	5.006.899,00		
Serv. Avulso	2.295.000,00		
SUBTOTAL	16.325.506,84		
Imp. Gerais	34.750,00		
Danos e Reparo	32.017.365,94		
Ilegais e Repres.	555.011,50		
JUTUBRO DE 1984				
FECI 3 (CIO/CONAD)				

Copa Coz. e Refeição 20.652,85

Comb. e Lubrificantes 10.820,40

Gasto com Condução e Frete 327.101,85

BRUTAL 372.025,00

SUBTOTAL 33.604.801,14

Outras Despesas

 Consumo e Recep. 11.000,00

 Centro de Cred. 170.250,00

 Transporte de Xerox 1.229.845,49

 Jornal Rev. Public. 107.072,00

 Divulgações

 Partic. em Congressos 9.300.000,00

 Impressões

 Desp. Diversas

 SUBTOTAL 11.44.270,00

TOTAL DA DESPESA:

..... 12.131.117,09

..... 71.920.840,93

Golfinha, 28 de Junho de 1984

* Não estão computados os valores de Recinto e Despesa referentes ao mês de junho/84.



BOLETIM ANDES

Entidade

Nova diretoria assume



A eleição foi entre os dias 14 e 18 de maio. A posse ocorreu em 21 de junho, no 9º CONAD, em Belo Horizonte. A nova diretoria da ANDES foi eleita e empossada durante a mais longa greve de trabalhadores que se tem conhecimento no país.

Para Raul Guenther, atual secretário-geral, o tanto de assumir a direção da Associação em meio à greve de quase 90 dias não era um desafio, mas uma oportunidade para a nova diretoria. Segundo ele, todos os professores que compunham a chapa tinham uma militância compreendida no movimento docente. "A eleição e posse durante a greve dos professores das autarquias aumentou a responsabilidade e o ritmo de trabalho que já vinha sendo desenvolvido" - declarou.

O PROGRAMA
Apenas uma chapa concorreu às eleições para a diretoria da ANDES. O manifesto de campanha distribuído pela chapa afirma que a opção por uma chapa única, deve-se pela necessidade de fortalecer ainda mais a unidade do movimento docente. Na conceção dos integrantes da chapa, a unidade é a "forma de bloquear as ações do MEC, dos reitores e dos patrões, contra a universidade pública e gratuita". De fato, juntamente com a avenida de mobilização pela superação da crise econômica e na luta por melhores condições de vida". Os candidatos à diretoria da ANDES assumiram a plataforma geral elaborada durante o III Congresso, em Piracicaba.

A ELEIÇÃO E POSSE
Ocorrida no final do período de greve nas autarquias, a eleição para a diretoria da

ANDES demonstrou uma grande vitalidade do movimento. Como pode ser observado no quadro ao lado, participaram das eleições 53 AD's, totalizando um colégio eleitoral de 31.890 professores. O número de votantes foi de 14.179. A chapa 1 obteve 88,7% dos votos, ou seja, 12.595. Os votos em branco foram 1.414, 10% do total, e os 180 votos nulos representaram 1,2% dos votantes. Um dado importante foi a participação de um maior número de AD's neste processo eleitoral, em relação à eleição passada.

A nova diretoria assumiu suas funções um mês após as eleições.

A solenidade de posse foi na Faculdade de Medicina da UPMG. Participaram da mesa: Olávio Elírio Britto, secretário da Educação de MG; José Henrique dos Santos, representante do CRUB; o senador Júlio Calmon; José Carlos Lanna, representante da Fasubra; Teixeira, vice-presidente da UNE. Participaram também os professores Luiz Pompeu de Campos, presidente da APUBH, Luiz Pingueli Rosa, Newton Lima e Marco Antonio Sperb, representando a diretoria anterior, e representando os novos diretores, Maria José Ribeiro, Raul Guenther e Benedito Tadeu Cesar.

Segundo um professor que participou da solenidade, os pronunciamentos, as expectativas, a unidade, enfim, todo o clima daquela noite deixaram claro que "a ANDES não é apenas um movimento de resistência. É uma busca concreta da universidade nova, comprometida com os interesses da maioria da população brasileira".

Eleições ADs

Nesse último mês foram organizadas em três universidades eleições para a escolha das diretorias. No processo eleitoral das ADs uma característica comum: a expressiva participação dos eleitores.

Na AD Santa Maria interveiu-se apenas uma chapa para participar da eleição. Apesar disso, houve um comparecimento considerado "excelente": 71% dos docentes compareceram para a AD. A AD de São Paulo teve uma greve feia, com que se annullou a votação. As professoras envolvidas com os atividades da Assediográ. Um reflexo dessa situação foi uma maior participação dos docentes no processo eleitoral para a diretoria e conselho de representantes. Foi elaborado coletivamente um programa de trabalho, e opinou-se pela formação de uma chapa única.

Inclusive em Santa Catarina, na APUSC, inscreveram-se duas chapas. Num pleito concorrido - com um comparecimento de 80% - venceu a chapa "Movimento" formada por professoras de reconhecida militância no MD.

BOLTIM ANDES

Resultado final

Região	N.º de AD's Particulares	N.º de Assoc. Particulares	N.º de Votantes	Chapa	Brancos	Nulos	Urnas Anuladas
Norte	03	1.553	480	431	42	07	—
NE - I	02	1.274	605	547	53	05	NE - II
II	05	3.727	1.894	1.760	116	18	01
NE - III	04	2.499	992	900	81	11	—
C. Oeste	04	2.283	1.205	1.069	120	16	01
Rio	07	4.142	1.964	1.811	120	33	04
Leste	07	4.121	1.805	1.622	163	20	01
S.P.	08	4.311	1.878	1.506	352	20	—
Sul	13	7.970	3.356	2.939	367	50	—
Total Geral	53	31.880	14.179	12.585	1.414	180	07

Aqui os nomes dos novos diretores

DIRETORIA:

Presidente: Maria José Feres Ribeiro - APES - Juiz de Fora - MG.
1.º Vice-Presidente: Carlos A.F. Murins - APROFES - Rio de Janeiro - RJ.
2.º Vice-Presidente: Wolfgang Leo Muur - ADUF - Santa Catarina - SC.
Suplente: Sônia Marques - ADUPE - Recife - PE.
Norte: Iracy Silva Picando - APUB - Salvador - BA.
Suplente: José Jerônimo Moraes - ADUES - Feira de Santana - BA.
Centro-Oeste: Rosilene A.P.R. da Silva - ADUFMAT - Cuiabá - MT.
Suplente: Pedro Murieta - ADUnB - Brasília - DF.
Leste: Eugênio Chila Rulzer - ADUFES - Vitória - ES.
Suplente: Márcio Antônio de Oliveira - APES - Juiz de Fora - MG.
Rio de Janeiro: Antônio Consumino Campos - ADUFRRJ - Itaguaí - RJ.
Suplente: Eliane Brígida de M. Falcão - ADUF-RJ - Rio de Janeiro - RJ.
São Paulo: Nader Walfus - ADIPM - São Paulo - SP.
Suplente: Ari V. Fernandes - APROPUC - Campinas - SP.
Sul: Amândula Beck - APUIS - Florianópolis - SC.
Suplente: Luiz Afonso Montini - ADUNIS-NOS - São Leopoldo - RS.

Novas ADs em São Paulo

Como saldo da campanha salarial organizada pela ANDES em São Paulo, além do conquista do INPC pleno em várias escutas, já se mostra um avanço no processo de organização do setor particular.

Os professores da Fundação Escola de Belas Artes (SP) estão com o processo de criação de sua Associação (que congrega mais de cem docentes) bastante avançado. O movimento está forte. Dia 16 os docentes desfilarão greve. No interior da UFG, forja-se uma entidade que se integra ao movimento docente.

Também em outubro, em data não marcada até o fechamento deste boletim, estava programada a fundação da Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina de Cotia.

USP faz congresso

Caracterizado com um ato político que definiu diretrizes de ação da comunidade acadêmica, encerrou-se no dia 6 de outubro o 2.º Congresso da USP. A avaliação preliminar é que professores, estudantes e funcionários querem que o Congresso "represente um avanço no movimento de resistência composto pelo Poder, pela discussão, pelo combate, ensino, pesquisa, construção de identidade e democracia".

Outros importantes foram levantados e constituíram-se diversas discussões. Talvez a maior problemática tenha sido em relação a promoção de eleções diretas paritárias para reitor e diretor. Um assunto que o movimento pretende amadurecer. Outras questões e deliberações do Congresso devem passar pelo debate mais aprofundado entre os categoriais: a criação do Fórum de Educação no próximo ano, a eleitibilidade e o plebiscito para as eleições internas, participação no Conselho Universitário e Estatutos da USP.

OUTUBRO DE 19

Depois da greve: trégua

Após 84 dias de greve que paralisou todas as IES federais autárquicas, contando, com o apoio da sociedade civil, partidos políticos, governadores de Estado e da opinião pública em geral, os professores e servidores não conseguiram que suas reivindicações fossem atendidas pelo governo.

Durante o movimento grevista, os manifestantes e professores sempre demonstraram claramente a sua disposição de transitar e negociar, o governo manteve a sua postura protetorial, infrasctrutural e repressora, chegando a decretar a ilegalidade da greve.

Em 31 de julho de 1984, o MEC divulgou nota oficial, em que encravava o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras como "comitê de alto nível", para tratar da questão das reivindicações dos docentes e servidores das IES autárquicas, "quanto ao mérito, em medida do possível quanto à viabilidade". Além disso na mesma nota, o MEC se comprometeu a atuar junto às DASPs e Ministérios do Trabalho e da justiça, para encaminhar as reivindicações. Tanto o encerramento do CRUB como "comitê de alto nível", como a revogação das punições, eram condicionados à suspensão do movimento grevista.

É importante frisar que a grande maioria das AFIs no opôs-se ao retorno às atividades acadêmicas, avaliando com frieza e sen firmeza a criação da "comissão de alto nível". No entanto, ao mesmo tempo em que parecia evidente que essa medida não era vantajosa, profissionais do governo, decidiram-se que a constituição da luta era fundamental e que o movimento permaneceria mobilizado para que a comissão cumprisse seu papel. Os professores suspendem o movimento grevista, mas mantiveram suas reivindicações. Atrás desse ato o MEC só respondeu claramente com a coragem de quem está disposto a conti-



Manifestação em Brasília durante a greve das autarquias federais.

nuar lutando.
ANDES E ASUFRIBA OBSERVAM O CRUB COMISSÃO
No dia 15 de agosto, o CRUB se reuniu e elencou uma comissão de sete reitores para realizar estudos necessários e apresentar um documento conclusivo sobre as reivindicações de docentes e servidores das IES autárquicas, no prazo de 30 dias. A ANDES e a ASUFRIBA participaram ativamente nessa comissão de observadores.

No dia 16 de agosto a 13 de setembro, a comissão se reuniu várias vezes. Na primeira reunião, a ANDES apresentou um documento sobre as reivindicações dos professores e servidores das universidades e da justiça, como também a sua viabilidade. Enfatizou-se que o atendimento das reivindicações dependia exclusivamente de uma DECTA-SO POLITICA do governo, sendo falso que a comissão é resultado da falta de recursos financeiros.

A ANDES argumentou que cabia à comissão do CRUB avaliar a justiça das reivindicações dos docentes e servidores e fazer propostas concretas ao governo para o seu atendimento.

Após a discussão de questões e elaboradas estudos, os reitores concluíram que as reivindicações eram justas e deveriam ser atendidas pelo governo.

2 - CRUB: É POSSÍVEL ATENDER

Para o atendimento da reivindicação salarial das docentes, a comissão elaborou um projeto de lei, tendo os seguintes itens: resgate emergencial em setembro de 18,7%; reajuste salarial adicional de 10% em junho de 85; reajuste acrônimo igual a 100% do INPC. No que diz respeito aos valores de cotação e carreiras, sugeriu-se a ampliação de 100% para 1984 e que o arcoamento de 8% seja equivalente ao de 81.

O comitê propôs ainda que o projeto de lei de equiparação salarial entre autárquicas e fundações fosse encaminhado ao Congresso Nacional, inclusive com o líder do governo na Câmara. Os parlamentares, sem exceção, tem manifestado a postura de apoio ao movimento e de observadores.

É importante frisar que os trabalhos da comissão do CRUB contemplaram a recomendação do jurista Adelmo de Oliveira e Silva e o auxílio de técnicos do MEC.

Em 13 de setembro, a plenária do CRUB se reuniu e aprovou o trabalho da comissão com pequenas alterações no que se refere ao reajuste semestral que passaria a ser "de acordo com a inflação salarial com vigência para o ano de 1985".

Em 14 de setembro, o presidente do CRUB, acompanhado de

vários reitores, entregou à Sra. Ministra da Educação e Cultura, o relatório das reivindicações das universidades autárquicas. Durante todo o período de trabalho da comissão do CRUB, o Andes manteve contato com os líderes partidários no Congresso Nacional, inclusive com o líder do governo na Câmara. Os parlamentares, sem exceção, tem manifestado a postura de apoio ao movimento e de observadores.

3 - GOVERNO: NADA SERÁ CONCEDIDO

Em 11 de outubro a ministra Esther de Figueiredo Ferreira, comandante do CRUB, informou através de telex, a resposta do governo ao estudo e as propostas da comissão de alto nível.

Sobre a questão salarial, a ministra descritor a possibilidade de um resgate emergencial de 18,7%, que seria equivalente ao arcoamento de 8%, aumentando-o para 1984. O aumento diferenciado em junho, que seria, no mínimo igual ao que consta do projeto de lei de equiparação salarial entre autárquicas e fundações que foi enviado ao Congresso Nacional. Explicitou-se entretanto que o aumento é diferente daquele que é indicado no projeto de aprovação do referido projeto, ou melhor, que o MEC se dispõe a reexaminá-lo e até mesmo a completá-lo com questões relati-

vas à autonomia financeira e administrativa das IES federais autárquicas. Segundo dado da Sra. ministra, as propostas de alteração do projeto deverão passar pela discussão da comissão de universidade, do CRUB e do CPE.

Sobre as verbas, a ministra disse que o governo se responsabiliza pela manutenção das IES. No entanto, concretamente foram liberados até agora apenas 25 bilhões do Fundo Social para os Hospitais Universitários.

Após 84 dias de greve e o estudo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, o governo manteve a mesma postura de observadores. A resposta da Sra. Ministra é uma demonstração clara de que o governo não levou a sério os estudos da comissão que ele mesmo criou. É provável que exista uma política deliberação do governo para invalidar a universidade pública e garantir a autonomia financeira e administrativa das IES federais autárquicas.

4 - UM ANO DE DESCASO

E importante insistir no fato de que os recursos financeiros existem. Em outubro de 83 a Andes entregou ao MEC a proposta de um projeto de lei para a criação das IES federais autárquicas, instando que a universidade publique e gratuitamente o risco de sobrelevação. Já naquele época, a prof. Esther considerou justa as nossas reivindicações e apreendeu a necessidade de reformas da universidade. No entanto, o governo preferiu ignorar o projeto e tentar se governar no sentido de solucionar a crise.

Há uma nova esperança: um projeto do MEC que, desde o outono, continua mobilizando e disposto a defender a universidade brasileira, apesar da irresponsabilidade do governo.

Dia 25

Protestar e definir continuidade

Para os docentes das autarquias o Dia Nacional de Paralisação e Protesto tem um significado e uma importância absolutamente decisiva.

Não só porque precisamos denunciar a toda a Nação que com 16% do que o governo deve ao ensino é possível o atendimento das reivindicações salariais de docentes e servidores, e que com 45,2% do que o governo deve à educação torna-se possível o atendimento de todas as reivindicações das universidades federais, autárquicas e fundações (veja matéria sobre Emeraldo João Calmon na pág. central). Não só porque precisamos lutar para que a emenda seja cumprida, mas também por que precisamos dar continuidade à

luta pela nossa justa.

Para alguns pode não ter significado a realização de um dia de paralisação após 84 dias de greve. No entanto, o dia é decisivo, qualquer que seja o cumprimento a ser escolhido para a continuidade da luta.

Primeiro porque é necessário dizermos à toda a sociedade que nos apoiam: é mal uma vez fomos transgredidos e mais uma vez o governo radicalizou, não atendendo nenhuma das reivindicações. Todos precisam tomar conhecimento: não concedendo nada o governo decidiu para a manutenção das condições que geram a crise nas universidades. Isso precisa ser ditto ematos públicos, manifestações, atas a

Assembleias Legislativas, Câmara de Vereadores, etc., com grande repercussão popular. Precisamos apresentar de forma clara e temerária que é necessário que nada esteja resolvido. Só isso já justificaria a paralisação com a participação ativa dos docentes.

Em segundo lugar é necessário que, após a resposta do ministro, o movimento defina sua posição, através de discussão ampla em todos os locais de trabalho, deliberando nas AGs ou comitês para serem trifilados. Mais uma vez a paralisação é uma estratégia para que a rotina do dia-a-dia seja interrompida e todos possam nos concentrar na discussão dos destinos da luta, que indubitavelmente estão ligados à sorte

da universidade brasileira, e à de cada um de nós. Precisamos vencer as diferenças nacionais, pelas quais em algumas universidades inicia-se o 2º semestre no profundo, enquanto em outras o 1º está terminando e em outras só termina em novembro. Precisamos superar divergências internas em cada universidade e a nível nacional da avaliação da greve, e principalmente precisamos definir uma avaliação uniforme das perspectivas do movimento, para fixar as fronteiras de luta a serem adotadas.

Parar e participar dia 25 é um passo necessário para que a luta prossiga unificada e forte.

IV Congresso da Andes

Vitória (ES) - fevereiro-1985